

André Luiz Machado das Neves
Márcia Regina Calderipe Farias Rufino
Isabelle Brambilla Honorato
orgs.



3º SEMINÁRIO
GÊNERO E SEXUALIDADES EM DEBATE:
POLÍTICAS ANTI-GÊNERO
agenciamentos EDUCAÇÃO PARA AS DIFERENÇAS
2º COLÓQUIO
TransEducação

Coordenação geral do evento

André Luiz Machado das Neves (UEA)
Márcia Regina Calderipe Farias Rufino
(UFAM)

Comissão organizadora

Adriely Barbosa Alves (UFAM)
Aline Ribeiro de Oliveira (UFAM)
Ariska Derì da Costa Lopes (UFAM)
Eduardo Pereira Monteiro (UFAM)
Jefferson Queiroz de Pinho (UFAM)
Jeniffer Mattos de Sousa (UFAM)
Lourdes de Fátima Moraes de Sousa
Saldanha (UFAM)
Luena Matheus de Xerez (UFAM)
Paula Palmeira Gomes (UFAM)
Rafaele Cristina de Souza Queiroz
(UFAM)
Ramily Frota Pantoja (UFAM)
Roselayne Castro de Souza (UFAM)
Victoria Katarina Cardoso Lima (UFAM)

Comissão científica

André Luiz Machado das Neves (UEA)
Érica Vidal Rotondano (UEA)
Flávia Melo da Cunha (UFAM)
Isabelle Brambilla Honorato (UEA)
Iolete Ribeiro da Silva (UFAM)
Márcia Regina Calderipe Farias Rufino
(UFAM)
Márcio Gonçalves dos Santos (UEA)
Priscila Freire (UEA)

FOMENTO

EDITAL Nº 056/2023 - GR/UEA
Programa de Apoio ao
Desenvolvimento de Eventos (PADEV)
da Universidade do Estado do
Amazonas (UEA).

Governo do Estado do Amazonas

Wilson Miranda Lima
Governador

Universidade do Estado do Amazonas

André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitora

*editora***UEA**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira
Horstmann
Diretora

Maria do Perpetuo Socorro Monteiro
de Freitas
Gerente

Wesley Sá
Editor Executivo

Raquel Maciel
Produtora Editorial

Isolda Prado de Negreiros Nogueira
Horstmann (Presidente)
Adriana Távora de Albuquerque Taveira
Carlos Mauricio Seródio Figueiredo
Gislaine Regina Pozzetti
Josefina Diosdada Barrera Khalil
Katell Uguen
Orlem Pinheiro de Lima
Silvia Regina Sampaio Freitas
Vanúbia Araújo Laulate Moncayo
Conselho Editorial

**André Teixeira
Isadora Lopes
Revisão**

Ficha catalográfica

S471 III Seminário gênero e sexualidades em debate: políticas anti-gênero,
2024 agenciamentos e educação para as diferenças e II colóquio
transEducação / Universidade do Estado do Amazonas; orgs.: André
Luiz Machado das Neves; Márcia Regina Calderipe Farias Rufino;
Isabelle Brambilla Honorato.1.ed.– Manaus (AM): Editora UEA,2024
61 p.; 29,7 cm [E-book]
Formato PDF

ISBN 978-85-7883-680-1

Inclui referências bibliográficas

1.Seminário.2.TransEducação.3.Colóquio I.Universidade do Estado
do Amazonas.II.Neves, André Luiz Machado das (org.) .III.Rufino,
Márcia Regina Calderipe Farias (org) IV.Honorato, Isabelle Brambilla
(org.)V.Título

CDU 1997 – 37

Elaborada pela bibliotecária Sheyla Lobo Mota/CRB11/484

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	5
A JORNADA PARA A EQUIDADE RACIAL PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES ENTRE DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E EDUCAÇÃO	7
AUTOETNOGRAFIA INTERPRETATIVA COMO ALTERNATIVA DE DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS: O CASO DE UM <i>PODCAST</i> SOBRE SEXUALIDADE DE PESSOAS COM DISCAPACIDADE/DEFICIÊNCIA VISUAL NA COSTA RICA	24
A IMPORTÂNCIA DO DEBATE ACERCA DE QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS	36
CONFIGURAÇÕES DE GÊNERO NA VIDA DE HOMENS E MULHERES VIVENDO COM HIV: UMA PERSPECTIVA CRUCIAL PARA A DEFESA DA SAÚDE NO SUS.....	48
O ENSINO DA COMUNICAÇÃO E DIVERSIDADE NOS CURSOS DE RELAÇÕES PÚBLICAS DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS	50
DIÁLOGOS INSURGENTES EM SALA DE AULA: GÊNERO, SEXUALIDADES E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO NOVO ENSINO MÉDIO	52
SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR JOVENS DE CAMADAS POPULARES ACERCA DOS ROTEIROS DE PREVENÇÃO AO HIV/AIDS, EM MANAUS, AMAZONAS*	54
(SOBRE) VIVÊNCIAS DE CORPOS SILENCIADOS NA ASSISTÊNCIA INTEGRAL (SAÚDE, CIDADANIA E JUSTIÇA SOCIAL) À POPULAÇÃO TRANS.....	56
VIVÊNCIAS SUBJETIVAS DO TRABALHO DOMÉSTICO EXERCIDAS POR MULHERES AMAZÔNIDAS	58
PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE PROTOCOLO DE ACOLHIMENTO DE POPULAÇÃO TRANSGÊNERO, TRANSEXUAL E TRAVESTIS.....	60

EDITORIAL

É com imenso prazer que apresentamos os Anais do III Seminário Gênero e Sexualidades em Debate: Políticas anti-gênero, Agenciamentos e Educação para as Diferenças e do II Colóquio TransEducação. Este evento, realizado nos dias 22 e 23 de maio de 2024, no Auditório Katia Lenz, na Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (FAPSI/UFAM), proporcionou um espaço único de reflexão e debate sobre temas cruciais para o entendimento e avanço das discussões de gênero e sexualidade no contexto brasileiro.

O seminário, fruto da colaboração entre pesquisadores e estudantes da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), surgiu da necessidade de ampliar e fortalecer o corpo teórico e prático nas áreas de direitos humanos, judicialização, educação e marcadores sociais da diferença. O evento abordou, com ênfase, as políticas anti-gênero e seu impacto na educação, buscando compreender os agenciamentos e estratégias de resistência desenvolvidas nos diálogos entre acadêmicos e militantes.

A proposta deste seminário e colóquio conjunto foi fomentar uma intervenção reflexiva que contribuísse para a problematização e discussão dos desafios e conquistas na convivência com as diversidades de gênero, orientação sexual e suas interseccionalidades. Ao reunir pesquisas de diversas áreas, conseguimos traçar um panorama abrangente das complexidades envolvidas nas políticas de gênero e sexualidades, destacando a interseção dessas questões com o campo religioso, a formação de profissionais da educação e os processos de inclusão e exclusão vivenciados por diferentes grupos sociais.

O evento contou com a participação de pesquisadores com experiência em âmbito internacional, nacional e local, que trouxeram à tona discussões essenciais sobre os direitos e as lutas de minorias sexuais e de gênero. Os trabalhos apresentados nos Anais refletem a riqueza e diversidade das reflexões produzidas, abrangendo desde análises teóricas até estudos de caso e propostas metodológicas inovadoras.

Esperamos que este livro de Anais sirva como um importante recurso para pesquisadores, estudantes e profissionais interessados em aprofundar seus conhecimentos sobre gênero e sexualidade. Que as discussões aqui reunidas inspirem novas pesquisas e ações concretas em prol de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Agradecemos a todos os participantes e colaboradores que tornaram este evento possível, bem como à comunidade acadêmica da UFAM e da UEA pelo apoio inestimável. Que possamos continuar a fortalecer nossos laços e a construir pontes para um futuro onde as diferenças sejam valorizadas e respeitadas.

André Luiz Machado das Neves
Márcia Regina Calderipe Farias Rufino
Isabelle Brambilla Honorato

A JORNADA PARA A EQUIDADE RACIAL PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES ENTRE DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E EDUCAÇÃO

Augusto Andrade Nakamine¹

Davi Pereira Gomes Dias²

Luis Eduardo Souza da Costa³

Cristiany Monserra Barata da Costa Freitas⁴

RESUMO

No decorrer da história de nosso país, minorias étnicas e raciais sofreram as piores formas de tortura já presenciadas pela raça humana. A morte e a escravidão dos povos originários e de pessoas negras sequestradas de seus países foram a força motriz que alavancou a economia da outrora colônia brasileira. Por mais que permeie em nossa sociedade a ideia de que este é um passado distante, que já não exerce influência nas relações econômicas, trabalhistas e sociais atualmente, chegamos à conclusão, por meio de pesquisas bibliográficas, que a origem escravagista de nosso país ainda ecoa de forma retumbante na atualidade. O racismo estrutural, tema principal dos diversos estudos contemporâneos sobre a forma moderna como o racismo opera, pode ser considerado como o algoz invisível que afeta violentamente todos os âmbitos sociais das minorias étnicas e raciais. A dificuldade de acesso à moradia, educação e emprego atualmente são heranças coloniais que refletem um passado não tão distante e uma estrutura de exclusão social construída por décadas, obtendo ainda mais complexidade no decorrer dos anos.

Palavras-chave: Racismo; Exclusão; Estrutural; Étnico; Raciais.

INTRODUÇÃO

Este artigo surge a partir da necessidade contemporânea do debate acerca da diversidade cultural e racial da sociedade brasileira, e de como nos mais variados âmbitos da sociedade as chamadas minorias étnico-raciais sofrem em maior número com mazelas de ordem política, econômica e ocupacional. Segundo Almeida (2019), o racismo não se restringe apenas à esfera de crenças individuais, ele flutua de forma significativa e dissimulada. Uma herança maldita, resultado de séculos de opressão

¹ Acadêmico de Psicologia CEUNI-FAMETRO. E-mail: augusto.nakamine@gmail.com

² Acadêmico de Psicologia CEUNI-FAMETRO. E-mail: davipgdias90@gmail.com

³ Acadêmico de Psicologia CEUNI-FAMETRO. E-mail: ledzeno90066@gmail.com

⁴ Psicóloga; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Amazonas - UEA e Docente do CEUNI-FAMETRO. E-mail: cristiany5@live.com

imposta por invasores e burocratas vindos de terras distantes. Dito isso, as influências individuais do racismo só são possíveis pois existe um sistema, uma estrutura que mantém o discurso racista de pé.

Mediante a este contexto histórico, buscamos compreender como a diversidade étnico-racial impacta em diferentes setores da sociedade, tendo como objetivo investigar a influência que a inserção destes grupos exerce, com foco na efetividade das políticas de inclusão e nas perspectivas de igualdade racial. Como forma de enriquecer e fundamentar a discussão trazida por meio deste artigo, analisamos, por meio da pesquisa bibliográfica multidisciplinar, o contexto histórico responsável pela atual situação dos grupos étnicos e raciais, o impacto social que a inserção e a manutenção desses grupos têm em nosso país, bem como apresentar leis e políticas públicas implementadas para garantir os direitos dessas minorias.

Este trabalho é fruto do interesse pessoal que temos acerca do tema e da constância com que temos observado a discussão sobre a fomentação de leis e políticas públicas destinadas a grupos minoritários em nossa sociedade. Compartilhamos também o desejo de poder contribuir com novas pesquisas que impulsionem o debate étnico-racial para as mais diversas áreas da sociedade. Esta investigação representa um compromisso pessoal e ético com a transformação social e a defesa dos direitos humanos para todos os cidadãos brasileiros, especialmente os historicamente marginalizados e discriminados.

Um panorama histórico étnico-racial no Brasil

A chegada dos primeiros africanos ao Brasil tem início no século XVI, com a criação das capitanias hereditárias. Naquele período histórico, havia um aumento de mão de obra escrava para o cultivo de cana-de-açúcar, extração do pau-brasil e auxílio no desenvolvimento dos engenhos. Muitos negros oriundos da África eram trazidos para as Capitanias do Brasil, na qual se tornaram escravos, sendo esses os primeiros africanos a desembarcar aos milhares, a partir de 1550, na Bahia.

A captura desses escravizados era feita através de emboscadas ou até mesmo prisioneiros de guerra de outros povos africanos, nos quais eram vendidos como mercadoria humana e comprados pelo chamado tráfico negreiro. O tráfico negreiro foi

responsável por transportar milhões de africanos para as Américas, cujo transporte era realizado em navios a vela sob condições desumanas e insalubres, com muitos morrendo na travessia vítimas da fome, doenças ou maus tratos.

Chegando no Brasil, eles eram separados dos seus grupos linguísticos, se misturando entre outros africanos de diferentes linguagens, para que não conseguissem se comunicar, evitando, assim, rebeliões. Eles eram encaminhados aos engenhos com o trajeto feito em enfileirados, acorrentados e descalços. No engenho, os escravizados eram alojados em locais chamados de senzala, um termo vindo do idioma quimbundo, onde ficavam encarcerados. O trabalho era exaustivo, se estendendo a 20 horas diárias, além de ser perigoso, com vários acidentes ocorrendo durante o processo de moer a cana, havendo muitos desses afro-brasileiros dando a vida e movimentando “engenhos, fazendas, minas, plantações, fábricas e cozinhas” (Reis; Gomes, 1996, p. 19).

Também haviam os escravizados que trabalhavam nas casas dos “senhores do engenho”, como empregadas domésticas e garçons. Eram bem cuidados e alimentados, porém, as mulheres poderiam ser vítimas de violência sexual por parte dos seus donos, além dos açoitamentos realizados pelos capatazes aos escravizados que fugiam.

Como fugiam em grupo, essas pessoas formavam os quilombos ou mocambos, um tipo de comunidade de resistência à escravidão. Acredita-se que os quilombos estavam espalhados por quase todo o Brasil, sendo o mais famoso desses o Quilombo dos Palmares localizado na Zona da Mata. O Quilombo dos Palmares tinha uma população de seis mil pessoas formada por escravizados fugitivos, indígenas e pobres. Sua base econômica era a agricultura, na qual produziam cana de açúcar, mandioca e milho. Por sua complexidade em estrutura e organização semelhante aos centros urbanos do período, os pesquisadores afirmam que Palmares foi o maior quilombo do Brasil Colonial. Jayme de Altavilla (1935) relata que Palmares foi o primeiro grito de liberdade contra o regime colonial português.

Zumbi dos Palmares se destacou por ser uma figura de resistência contra a destruição de Palmares, considerado um símbolo de força e resistência na luta contra a escravidão. Zumbi foi morto em 20 de novembro de 1695, tendo a sua cabeça decepada e enviada a Recife, onde ficou em praça pública para amedrontar os negros e satisfazer os ofendidos (Reis, 2004).

Na metade do século XIX, enquanto os impérios estavam abolindo os seus sistemas escravagistas, o Império do Brasil estava sendo mundialmente visto como um país atrasado. Atualmente, vista por grande parte das pessoas como a libertadora dos escravizados, a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888 pela Princesa Isabel, na realidade, era uma tentativa de preservar a existência do Império Brasileiro, devido aos conflitos que assolaram a nação na época, como a Guerra do Paraguai e conflitos de poder que levaram ao Golpe Republicano, liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, em novembro de 1889. Mesmo com a República, a situação da população negra após a abolição da escravidão não se alterou nada, com muitos buscando novas condições de sobrevivência numa sociedade de classe em formação, sendo muitos desses renegados às margens da sociedade (*apud* Cohn, 2002).

No século XX, os espaços de movimentos negros restringiam-se nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, como a Frente Negra Brasileira, que surgiu em São Paulo, em 1931. Porém, na década de 30, após o golpe do Estado Novo, de Getúlio Vargas, todos os partidos políticos, incluindo os movimentos negros, se tornaram ilegais e, conseqüentemente, dissolvidos. “A forte ideologia do branqueamento desempenhou um papel importante na marginalização persistente dos pretos e mulatos – embora os brasileiros continuassem a celebrar a democracia racial” (Davis, 2000, p. 37).

Na década de 1950, houve um lento retorno dos movimentos raciais, como a fundação da Associação Cultural do Negro (ACN), em dezembro de 1954, em São Paulo. Porém, durante o Regime Militar de 1964, houve novamente a dissolução de todas as manifestações sociais e políticas, mesmo com os militares vendendo a ideia da democracia racial como um discurso propagandista, qualificando os militantes que tentavam levantar o tema de discriminação como impatrióticos ou racistas (Hanchard, 2000).

Com o fim da Ditadura Militar em 1985 e a criação da Constituição Federal de 1988, foi levantada novamente a questão dos quilombolas, através do Artigo 68 da ADCT, cujo objetivo era conceber os direitos às comunidades quilombolas como a propriedade das terras ocupadas pela população dessas comunidades.

Impacto na sociedade

Desde a sua chegada no continente americano, os europeus colonizaram as terras das Ilhas Caribenhas e dos países ao Sul, através de imposições culturais e religiosas, genocídios e escravidão dos povos originários que por aqui habitavam (Galeano, 1975, p. 29).

Os primeiros indígenas a terem contato com os portugueses iniciaram o primeiro ciclo econômico da Colônia, juntamente a um projeto de escravização que já vinha sendo praticado pelos espanhóis desde 1492. O pau-brasil era retirado das áreas litorâneas e eram postas nas caravelas dos conquistadores em troca de espelhos, talheres e outros objetos que não possuíam nenhum valor de troca ou econômico para os portugueses, mas que saltavam aos olhos dos nativos (Higa, 2024).

Segundo Souza (2024), os indígenas, diferente dos africanos, tiveram um processo de escravização e colonização um pouco mais confuso. Os indígenas eram considerados súditos da Coroa Portuguesa, o que tornava a escravização deles mais polêmica. Porém, ainda era legalizada a prática da escravidão e foi recorrente até o final do Século XVIII. Quando os jesuítas chegaram ao Brasil, eles tinham a missão de catequizar os indígenas, diferente do que foi feito com os povos africanos. Conforme a lei, só era possível a escravização dos indígenas por meio de uma “guerra justa”. Teoricamente, apenas o rei poderia decretar uma guerra justa contra os indígenas, no entanto, ao decorrer da história, vários chefes de capitania travaram combates contra grupos que se rebelavam e não aceitavam o mal lusitano que recaía sobre eles. Logo, disputas por territórios sagrados e derramamento de sangue indígena foram justificados pelo simples ato de querer manter a sua cultura e o seu povo.

Entretanto, esse é apenas um dos motivos responsáveis pelo atravancamento da escravidão indígena no Brasil. Além dos diversos genocídios que diminuíram consideravelmente a quantidade de etnias indígenas no país, houve dificuldade em adaptar os indígenas ao método de plantação em larga escala. Ademais, o lucro obtido pela Coroa Portuguesa com o tráfico negreiro era muito maior do que com a escravidão indígena. Esse processo de mercantilização da vida humana definiu as relações econômicas entre o Caribe, Brasil, 13 colônias, África e Europa (Descomplica, 2021).

“O negro, além de ter sofrido todos os males da escravidão, teve a sua subjetividade anulada e foi reduzido a uma mera ferramenta de trabalho”

Em Cuba, os capatazes descarregavam seus látigos de couro ou cânhamo nas costas das grávidas escravizadas que tinham cometido faltas, mas não sem antes deitá-las de boca para baixo, com a barriga enfiada num buraco, para que não fosse danificada a “peça” nova em gestação. Os sacerdotes, que recebiam, como dízimo, 5% da produção do açúcar, davam sua absolvição cristã: o maioral castigava como Jesus Cristo aos pecadores (Galeano, 1975, p. 126).

Todavia, conforme argumentam Galeano (1975) e Manoel (2019), por mais fracos e vulneráveis que os escravizados estivessem, eles tinham os seus próprios meios de resistir à dura tortura que lhes era imposta. Além do famoso “corpo mole”, medidas mais radicais eram tomadas pelos dominados. Dentre essas formas de resistência estavam a autolesão, o suicídio e o aborto. Estas atitudes também tinham uma motivação religiosa. Em Cuba, por exemplo, grupos de escravizados cometiam suicídios coletivos, pois acreditavam que ressuscitariam de novo em África, em carne e em espírito. Além da situação em que se encontravam, existia entre eles uma vontade de afirmar a sua identidade cultural, predominando o saudosismo da pátria perdida.

A pesada mão escravagista do colono só veio aliviar o seu doloroso aperto após a Lei Áurea ser sancionada pela Princesa Isabel, no dia 13 de maio de 1888, decretando, assim, a abolição da escravidão no território brasileiro (Veiga, 2021). O “ex-escravo” já não era mais obrigado a aceitar as degradantes condições de trabalho impostas por seus antigos senhores de engenho. No entanto, os antigos donos de escravizados não ficaram satisfeitos com a “audácia” de alguns negros que reivindicavam melhores condições de trabalho. Conforme argumenta Silva (2019, s.p);

A migração de “ex-escravos” gerou uma reação de insatisfação para os grandes proprietários e as autoridades daquela época, sobretudo porque os primeiros não aceitavam mais as condições de trabalho degradantes que existiam antes de 1888 e porque estavam sempre em busca de melhores salários. Assim, os grandes proprietários, sobretudo do interior do país, começaram a pressionar as autoridades para que elas reprimissem essa movimentação. Estas situações sofridas pelos povos negros posteriormente à sanção da Lei Áurea apenas evidenciam o descaso que a coroa tinha para com a população escravizada e a força que o racismo exercia.

Segundo Almeida (2019), o racismo não pode ser definido como uma situação específica ou algo que permeia apenas grupos sociais. Ele define como um conjunto de

ações que afetam a subjetividade política, econômica, jurídica e familiar da sociedade, ou seja, se torna um aparato de repressão estrutural. O fato de o racismo ser estrutural pode ser confirmado quando temos em vista que, após a Lei Áurea o Brasil só veio sancionar uma lei antirracismo na década de 50, quase 62 anos depois. E, apenas na década de 90, as leis de cotas raciais passaram a ser estabelecidas nas universidades (Lacerda, 2023).

Se engana quem pensa que as raízes racistas e escravagistas de nosso país não continuam existindo atualmente. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o trabalho infantil cresceu de 2019 para 2022, sendo majoritariamente realizado por crianças pretas e pardas, o que configura aproximadamente 66,3% da amostra realizada (Barbosa, 2023). Por mais que as pessoas negras representem cerca de 56,1% da população brasileira, elas também representam mais da metade das pessoas desempregadas (65,1%). Quando conseguem ocupação, seus postos são precários (Boehm, 2023).

Consequentemente, a taxa de pessoas que trabalham na informalidade e sem segurança financeira é maior entre a população preta e parda. Em 2021, a taxa de trabalhadores na informalidade revelou 40,1% da população, sendo 32,7% para pessoas brancas, 43,4% para os pretos e 47% para os pardos. Estes números ecoam fortemente quando analisamos também qual raça configura a mais pobre do país. Quando usamos de base a linha da pobreza oferecida pelo Banco Mundial, temos os seguintes resultados: 18,6% dos mais pobres do país são brancos, 34,5% são pretos e 38,4% são pardos (Cavallini, 2022).

Todas essas situações somadas a uma sociedade que reforça com piadas e descaso o sofrimento de uma população inteira afeta, de forma violenta, a saúde mental do indivíduo. Segundo o Ministério da Saúde, o risco de suicídios entre os jovens negros de 10 a 29 anos de idade é 45% maior do que entre os jovens brancos dentro desta mesma faixa etária. A exclusão social e outras consequências diretas do racismo estrutural são os principais responsáveis por esse valor alarmante (Tubamoto, 2022). Dados similares aparecem quando analisamos a questão do suicídio dentro do contexto indígena. Segundo dados do Ministério da Saúde de 2017, 44,8% dos suicídios entre os povos indígenas foram cometidos por jovens de 10 a 19 anos (Carvalho, 2023).

Por mais que tenhamos leis que amparem as minorias étnico-raciais, e que já tenha se passado mais de um século da abolição formal da escravidão, podemos observar, de forma empírica, que as consequências da invasão colonial realizada no solo brasileiro ainda ecoam e afetam, violentamente, os mesmos grupos que outrora foram expostos às piores brutalidades já praticadas pelos seres humanos. O racismo estrutural continua sendo o algoz de mais da metade da população brasileira, interrompendo vidas e sonhos. Além de leis e políticas públicas de amparo a esses grupos, precisamos também debater e levar este tema para diversos âmbitos sociais e profissionais. Somente com um amplo diálogo e com a mente aberta, poderemos contribuir cada vez mais para que nosso país e o mundo sejam mais justos para todas as crenças e cores.

Políticas e iniciativas

A lógica do mito da democracia racial pressupõe que todas as raças e/ou etnias brasileiras estão em pé de igualdade sociorracial e tiveram as mesmas oportunidades desde o início da formação do Brasil, de acordo com Nilma Lino Gomes (2005). Como não passa de um mito, diversas políticas e iniciativas têm sido implementadas ao longo dos anos para combater o racismo e ampliar os direitos de todos os cidadãos. Essas ações abrangem desde programas governamentais até medidas educacionais e culturais, refletindo um compromisso em promover a diversidade e a equidade em todas as esferas da sociedade.

Conforme destacam Gomes (2017) e Munduruku (2012), a valorização da diversidade cultural e o respeito à diferença não podem ser episódicos, e sim que devem ser aquilo que são na lei, princípios educativos constantes. E com isso, a educação desempenha um papel crucial na promoção da igualdade racial. Em 2003, foi sancionada a Lei nº 10.639/2003, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e particulares de ensino médio e fundamental. Essa conquista foi resultado de anos de luta do movimento negro contra o racismo institucional no Brasil.

A Constituição Brasileira diz, no seu Artigo 205, que a “Educação é um direito de todos e um dever do Estado” (Brasil, 2019, p. 160), e, portanto, essa abordagem educacional não apenas oferece um panorama mais completo da história do país, mas

também contribui para a desconstrução de estereótipos e a promoção do respeito à diversidade. A valorização da cultura afro-brasileira e indígena é fundamental na luta contra o racismo e na promoção da diversidade cultural e, para atingirmos isso, corroboramos com Rodrigues (2018, p. 20), quando afirma que:

É preciso darmos aos afro-brasileiros e africanos o devido valor por sua participação na construção da história e da cultura brasileira. Afinal, não podemos ficar alheios ao fato de que muito suor desse povo foi derramado nos canaviais, na extração aurífera, no desenvolvimento da pecuária, no cultivo do café, na produção da riqueza do país, durante todo seu processo histórico.

Estratégias como essa e de inclusão nos currículos escolares desses conteúdos contribuem ao abordar a história e as contribuições desses grupos, o que ajuda na desconstrução de preconceitos e promover o respeito à diversidade desde cedo.

Além disso, a preservação do patrimônio cultural, como tradições, festas, danças e músicas afro-brasileiras e indígenas, é fundamental para garantir a continuidade e o reconhecimento dessas expressões culturais. Com esse objetivo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) lançou, no dia 09 de outubro de 2023, um chamamento público para a seleção de projetos de arquitetura e engenharia, visando à preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Esse chamamento fez parte do Novo Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (Novo PAC), com o intuito de selecionar até 100 novos projetos para ações de restauro, conservação e promoção de bens culturais brasileiros. Essa iniciativa busca fortalecer as estruturas culturais, a memória e a identidade brasileiras, permitindo que as comunidades se apropriem desses espaços. Dessa forma, o apoio aos projetos que documentem e registrem esse patrimônio é uma forma de assegurar a sua transmissão para as futuras gerações.

Promover a participação de artistas, escritores, cineastas e músicos afro-brasileiros e indígenas nos espaços culturais e na mídia é outra estratégia importante. Valorizar produções artísticas que reflitam a diversidade étnica e cultural do país contribui para uma representação mais ampla e inclusiva na sociedade, abrindo espaço para “uma tolerância ativa que presume o respeito mútuo, em vez de uma simples aceitação da diversidade” (Unesco, 2010, p. 47).

O Ministério da Igualdade Racial desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades através de ações afirmativas. Isso inclui a **III Seminário Gênero e Sexualidades em debate: Políticas anti-gênero, agenciamentos e educação para as diferenças e II Colóquio TransEducação**

instituição de sistemas de cotas para ingresso em universidades públicas e privadas, reservando vagas para estudantes negros e indígenas. Essa medida busca compensar a exclusão histórica desses grupos do Ensino Superior e promover uma maior representatividade. Com o entendimento de Joaquim Barbosa Gomes, percebemos claramente a motivação dessa busca, quando ele afirma que a justiça compensatória, portanto, cuidaria de restaurar um equilíbrio que existia entre essas duas partes antes do envolvimento voluntário ou involuntário delas, em uma transação que resultou em ganho para o violador e perda para a vítima (Gomes, 2001, p. 62).

Através da implementação de políticas afirmativas, foi possível promover a inclusão e equidade racial. Um exemplo notável disso é a presença das mulheres negras como o maior grupo nas universidades públicas do país em 2021, representando 27% dos estudantes. Isso demonstra os avanços alcançados através de medidas que visam ampliar o acesso e a representatividade de grupos historicamente marginalizados.

Incentivar empresas a adotarem práticas de inclusão, diversidade e igualdade racial em seus quadros de funcionários é outra frente importante. Isso contribui para a promoção da diversidade no mercado de trabalho e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, conforme prevê o Art. 2º da Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010:

É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

As políticas e iniciativas para promover a igualdade racial no Brasil refletem um compromisso contínuo em combater o racismo e construir uma sociedade mais justa e inclusiva para todos. Desde programas governamentais até ações educacionais, culturais e no mercado de trabalho, cada passo é crucial para garantir que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais e sejam respeitados em sua diversidade étnica e cultural. Esses esforços não apenas transformam leis e políticas, mas também transformam mentalidades, contribuindo para uma sociedade mais consciente e igualitária.

Resultados

A análise do panorama histórico étnico-racial do Brasil revela uma série de resultados e impactos que refletem as complexidades e desafios enfrentados pela

sociedade brasileira ao longo dos séculos. Esses resultados abrangem diferentes áreas, desde os aspectos históricos até as questões contemporâneas, destacando a necessidade de ações e políticas efetivas para promover a igualdade racial e combater o racismo estrutural.

As consequências da escravidão e do racismo estrutural estão evidentes nas desigualdades sociais e econômicas enfrentadas pela população negra e indígena. Altas taxas de desemprego, informalidade, pobreza e exclusão social refletem a marginalização desses grupos na sociedade brasileira. Burity (2008), destaca que, além da situação de privação econômica, a maior parte da população pobre no Brasil é composta por afrodescendentes, os quais enfrentam discriminação racial persistente, que não foi amenizada nem mesmo para aqueles que conseguiram alcançar algum nível de mobilidade social ascendente

As políticas de cotas raciais em universidades e ações afirmativas no mercado de trabalho representam avanços significativos na promoção da igualdade racial. No entanto, essas medidas enfrentam resistências e desafios que evidenciam a necessidade de um compromisso contínuo com a inclusão e a equidade, conforme destacado por Rodrigo de Jesus (2011), ao abordar a equidade como uma questão central para a contemporaneidade. A inclusão do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas é uma estratégia fundamental para desconstruir estereótipos, promover o respeito à diversidade e criar uma consciência crítica sobre questões raciais desde a infância, conforme apontado por Caimi (2009), ao enfatizar a necessidade de abordar a História, considerando suas dimensões históricas de ensino e aprendizagem, e o sujeito que aprende.

A pesquisa reforça a importância do engajamento de toda a sociedade na luta contra o racismo. O diálogo aberto, a conscientização e o apoio a políticas e iniciativas que promovam a igualdade racial são fundamentais para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. Como enfatizam Vieira (1995) e Santos (2009), o racismo constitui nossa história e estrutura as relações em nossa sociedade, precisando ser encarado como o grave problema que realmente é. Esses resultados apontam para a complexidade e a urgência de enfrentar o racismo e promover a igualdade racial no Brasil. A partir desses

dados, é possível direcionar ações e políticas mais eficazes que contribuam para a construção de um país mais justo e igualitário para todos os seus cidadãos.

Discussão

A análise histórica apresentada revela uma trajetória complexa e dolorosa da presença africana no Brasil, desde os primeiros contatos com os europeus até os desdobramentos pós-abolição. Ficou evidente que a escravidão desempenhou um papel central na formação econômica e social do país, deixando marcas profundas que ainda reverberam na sociedade contemporânea.

Comparando com a literatura existente, nota-se que a abordagem sobre a escravidão e suas consequências tem sido objeto de estudo e debate há décadas. No entanto, ainda há lacunas significativas em áreas como a resistência dos escravizados, as práticas culturais africanas preservadas no Brasil e o impacto do racismo estrutural nas comunidades afrodescendentes. Além disso, é importante destacar a necessidade de uma abordagem mais ampla e interdisciplinar para compreender, plenamente, as dinâmicas da escravidão e as suas ramificações na sociedade contemporânea. Isso inclui a integração de perspectivas históricas, sociológicas, antropológicas e culturais para uma análise mais abrangente e precisa.

Uma área que merece atenção é a preservação e promoção da cultura afro-brasileira e indígena. Apesar dos avanços legislativos, como a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, ainda há desafios na implementação efetiva dessas políticas e na superação de resistências e preconceitos. Vale salientar, também, que é fundamental expandir e fortalecer as políticas afirmativas e programas de inclusão racial, não apenas no âmbito educacional, mas também no mercado de trabalho e em outras esferas da sociedade. Isso requer um compromisso contínuo do Estado, das empresas e da sociedade civil em combater o racismo e promover a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.

Em suma, este estudo destaca a importância de uma abordagem crítica e multidisciplinar para entender a história e as consequências da escravidão no Brasil, bem como a necessidade de políticas e iniciativas concretas para enfrentar o racismo estrutural e promover a inclusão e a igualdade racial em todas as áreas da sociedade.

Considerações finais

A trajetória étnico-racial no Brasil é marcada por séculos de escravidão, violência e discriminação, refletindo profundamente nas estruturas sociais, econômicas e políticas do país. Desde a chegada dos primeiros africanos como escravizados até os dias atuais, a população negra e indígena enfrentou e ainda enfrenta desafios significativos para conquistar igualdade de direitos e oportunidades.

O período da escravidão deixou marcas profundas na sociedade brasileira, moldando relações de poder, acesso à educação, mercado de trabalho e inclusão social. A abolição formal da escravidão em 1888 não significou o fim das desigualdades, mas sim o início de uma luta contínua por reconhecimento, justiça e equidade.

As políticas e iniciativas implementadas ao longo dos anos têm sido cruciais para promover a igualdade racial e enfrentar o racismo estrutural. A educação desempenha um papel fundamental nesse processo, ao incluir o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas e universidades, contribuindo para a desconstrução de estereótipos e preconceitos. Além disso, medidas como as cotas raciais em universidades, políticas de inclusão no mercado de trabalho e a valorização da diversidade cultural são passos importantes na busca por uma sociedade mais justa e inclusiva. O reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro e indígena também são essenciais para fortalecer a identidade desses grupos e promover a valorização de suas contribuições para a história e cultura do Brasil.

No entanto, é fundamental reconhecer que ainda há muito a ser feito. O racismo estrutural persiste, impactando diretamente a vida e as oportunidades das pessoas negras e indígenas. A luta contra o racismo não se limita a políticas e leis, mas requer uma transformação profunda na mentalidade e nas práticas sociais, educacionais e institucionais.

Portanto, é necessário um compromisso contínuo de toda a sociedade em combater o racismo em todas as suas formas, promovendo a igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos, independentemente de sua origem étnico-racial. Somente assim poderemos construir um país verdadeiramente justo, inclusivo e diverso para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. *Scielo Brasil*, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/nkt6FjJDWMvfv7DsqfBY4XK/>. Acesso em: 4 maio 2024.
- ALMEIDA, S. *Feminismos plurais: racismo estrutural*. 1. ed. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- ARAÚJO, V. Racismo estrutural: Onde fica o direito? *Brasil de fato*, 2020. Disponível em: [https://www.brasildefato.com.br/2020/02/20/artigo-racismo-estrutural-onde-fica-o-direito-por-vera-lucia-santana-araujo#:~:text=A%20Rep%C3%ABblica%20brasileira%20%C3%A9%20impenetr%C3%A1vel,de%20Inqu%C3%A9rito%20\(CPIs\)%20do%20Senado](https://www.brasildefato.com.br/2020/02/20/artigo-racismo-estrutural-onde-fica-o-direito-por-vera-lucia-santana-araujo#:~:text=A%20Rep%C3%ABblica%20brasileira%20%C3%A9%20impenetr%C3%A1vel,de%20Inqu%C3%A9rito%20(CPIs)%20do%20Senado.). Acesso em: 5 maio 2024.
- BARBOSA, M. Garotos negros realizam maioria do trabalho infantil no Brasil, mostra IBGE. *Alma Preta*, 21 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/garotos-negros-realizam-maioria-do-trabalho-infantil-no-brasil-mostra-ibge/>. Acesso em: 6 maio 2024.
- BOCCHINI, B. População negra encarcerada atinge maior patamar da série histórica. *Agência Brasil*, São Paulo, 20 de julho de 2023. Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/populacao-negraencarcerada-atinge-maior-patamar-da-serie-historica&usg=AOvVaw1aCDt5_A9HGIV58Y1aMWDq.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019.
- BRASIL. *Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010*. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm#:~:text=2o%20%C3%89%20dever%20do,culturais%20e%20esportivas%2C%20defe%20ndendo%20sua](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm#:~:text=2o%20%C3%89%20dever%20do,culturais%20e%20esportivas%2C%20defe%20ndendo%20sua.). Acesso em: 06 abr. 2024.
- BRASIL. *Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009*. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 8 maio 2024.
- BRASIL. *Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010*. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 8 maio 2024.
- BURITY, J. A ascensão do Brasil: Desigualdade, cultura e globalização. *Futures*, v. 40, n. 8, p. 735-747. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.futures>. Acesso em: 01 fev. 2008.
- CAIMI, F. E. História escolar e memória coletiva: como se ensina? Como se aprende? In: MAGALHÃES, Marcelo; ROCHA, Helenice; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 65-79.

CARVALHO, C. Tristeza na aldeia: por que jovens indígenas se matam mais do que brancos e negros da mesma idade no Brasil. *Uol*, 2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/reportagensespeciais/suicidio-indigena/#cover>. Acesso em: 5 maio 2024.

CAVALLINI, M. Pesquisa mostra que minorias não chegam a 10% do quadro de colaboradores nas empresas. *G1 Economia*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2021/07/16/pesquisa-mostra-que-minorias-nao-chegam-a-10percent-do-quadro-de-colaboradores-nas-empresas.ghtml>. Acesso em: 6 maio 2024.

CAVALLINI, M. Proporção de pretos e pardos entre os pobres chega ao dobro em relação aos brancos, mostra o IBGE. *G1 economia*, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/11/proporcao-de-pobres-pretos-e-pardos-chega-ao-dobro-em-relacao-aos-brancos-mostra-o-ibge.ghtml>. Acesso em: 6 maio 2024.

COHN, G. Florestan Fernandes. A integração do negro na sociedade de classes. *In*: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil 2: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

CUT Brasil. Informalidade atinge 47,4% dos trabalhadores negros do Brasil, diz IBGE. *CUT Brasil*, 2020. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/informalidade-atinge-47-4-dos-trabalhadores-negros-do-brasil-diz-ibge-766e#:~:text=e%20redes%20sociais-,Informalidade%20atinge%2047%2C4%25%20dos%20trabalhadores,negros%20do%20Brasil%2C%20diz%20IBGE&text=O%20percentual%20de%20pretos%20ou,foi%20de%20034%2C5%25>. Acesso em: 7 maio 2024.

DAVIS, D. *Afro-brasileiros Hoje*. São Paulo: Summus, 2000.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. 1. ed. Editora Paz e terra, 1978.

GOMES, N. L. *O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, J. B. *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL (org.). *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03*. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/publicacoes/item/9-educacao-anti-racistacaminhosabertos-pela-lei-federal-n-10-63903>. Acesso em: 8 maio 2024.

HANCHARD, M. G. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Chamamento público para seleção de projetos de arquitetura e engenharia visando à preservação do Patrimônio Cultural brasileiro*. Novo Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal

III Seminário Gênero e Sexualidades em debate: Políticas anti-gênero, agenciamentos e educação para as diferenças e II Colóquio TransEducação

(Novo PAC). 9 de outubro de 2023. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202310/novo-pac-iphan-selecionara-ate-100-novos-projetos-depreservacao-do-patrimonio-cultural>. Acesso em: 8 maio 2024.

JESUS, R. *Ações afirmativas, educação e relações raciais: conservação, atualização ou reinvenção do Brasil?* 2011. 277 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MAIA, L. *et al.* Minorias no contexto de trabalho: uma análise das representações sociais de estudantes universitários. *Psicologia e Saber Social*, v. 6, n. 2, p. 223-242, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/psi-sabersocial/article/view/33627>. Acesso em: 3 maio 2024.

MENEGON, L.; MENEGON, F.; KUPEK, E. Mortalidade por acidentes no Brasil: Uma análise de tendência temporal, 2006-2015. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/yqfTRqkFcND3MdkqgNPV5pw/?format=pdf>. Acesso em: 3 maio 2024.

MONTEIRO, R. Juízes brancos, presos negros: o que é o encarceramento em massa? É racista? *ECOIA Uol*, São Paulo, 30 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoia/ultimas-noticias/2022/07/30/encarceramento-em-massa-o-que-e-e-por-que-atinge-a-populacao-negra.htm>.

MORENO, S. Pobreza e racismo contribuem com alta taxa de suicídio entre indígenas. *Terra*, 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/pobreza-e-racismo-contribuem-com-alta-taxa-de-suicidio-entre-indigenas,aeded8c97de647e3744021bc065a545bzlkpmxhd.html>. Acesso em: 5 maio 2024.

MOREIRA, A.; NASCIMENTO, T. *Racismo, necropolítica e o sistema prisional brasileiro: uma análise da lei de drogas como legitimadora do encarceramento em massa*. Editora PUCRS, 2018. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/congresso-internacional-de-ciencias-criminais/assets/edicoes/2018/arquivos/80.pdf>. Acesso em: 4 maio 2024.

MOURA, B. Negros e indígenas são apenas 7,4% dos professores em pós-graduação. *Agência Brasil*, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-11/negros-e-indigenas-sao-apenas-74dos-professores-em-pos-graduacao>. Acesso em: 4 maio 2024.

MUNDURUKU, D. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

NUZZI, V. Mortalidade em acidentes de trabalho é maior entre homens, negros e pessoas com menor escolaridade. *Rede Brasil Atual*, 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/mortalidadeem-acidentes-de-trabalho-e-maior-entre-homens-negros-e-pessoas-com-menor-escolaridade/>. Acesso em: 6 maio 2024.

- PINHO, A. Mulheres negras são hoje maior grupo nas universidades públicas do país. *Portal Geledés*, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-sao-hoje-maior-grupo-nas-universidades-publicas-do-pais/>. Acesso em: 8 maio 2024.
- REIS, A. M. B. *Zumbi: historiografia e imagens*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, Franca, 2004.
- REIS, J. J.; GOMES, F. S. *Liberdade Por um Fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RODRIGUES, J. V. S. *História e cultura Afro-Brasileira sob a Perspectiva de um Planejamento Interdisciplinar*. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Pedagogia ao Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES), da Universidade Federal Fluminense (UFF). 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/8541>. Acesso em: 8 maio 2024.
- SANTOS, J. R. Mídia e produções de subjetividade: questões do racismo. In: BOCK, A. M. B. et al. (orgs.). *Mídia e psicologia: produção de subjetividade e coletividade*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, cap. 5, p. 157-174, 2009.
- SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992.
- SILVA, D. N. *Como ficou a vida dos ex-escravos após a Lei Áurea*; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/como-ficou-vida-dos-ex-escravos-apos-lei-aurea.htm>. Acesso em 27 de agosto de 2024.
- SILVA, P. *O conceito de racismo estrutural: aplicação no campo do direito*. 2022. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó, Caicó, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/50275#:~:text=Consiste%20em%20qual%20teoria%2C%20doutrina,falso%20conceito%20de%20superioridade%20racial.%E2%80%9D>. Acesso em: 4 maio 2024.
- SOUZA, L. A educação das relações étnico-raciais está sendo aplicada? *Politize*, 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/educacao-das-relacoes-etnico-raciais/>.
- TOKARNIA, M. Jovens negros têm menos acesso ao mercado de trabalho, diz pesquisa. *Agência Brasil*, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-11/jovens-negros-temmenos-acesso-ao-mercado-de-trabalho-diz-pesquisa>. Acesso em: 4 maio 2024.
- TUBAMOTO, F. *Racismo e exclusão: jovens negros são principais vítimas de suicídio*. Estado de Minas, 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/09/08/noticiadiversidade,1391718/racismo-e-exclusao-jovens-negros-sao-principais-vitimas-de-suicidio.shtml>. Acesso em: 7 maio 2024.
- UNESCO. *Relatório Mundial da UNESCO*. Investindo em Diversidade Cultural e Diálogo Intercultural. Paris: Edições UNESCO, 2010.
- VIEIRA, B. Black resistance in Brazil: a matter of necessity. In: BOWNSER, B. P. *Racism and anti-racism in world perspective*. California: Sage Publications, 1995. p. 227-240.

AUTOETNOGRAFIA INTERPRETATIVA COMO ALTERNATIVA DE DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS: O CASO DE UM *PODCAST* SOBRE SEXUALIDADE DE PESSOAS COM DISCAPACIDADE/DEFICIÊNCIA VISUAL NA COSTA RICA

Henry Martínez Hernández⁵

INTRODUÇÃO

Escrevo este artigo a partir do corpo de uma pessoa com deficiência, de um computador com leitor de tela e de uma história de vida que convive com uma condição de cegueira total. E não aponto isso com o objetivo de causar qualquer tipo de admiração ou curiosidade nas pessoas leitoras, mas porque considero que este trabalho, sua metodologia e os resultados obtidos só são possíveis quando pensados, feitos e produzidos a partir de uma experiência situada e conjunta, entre um pesquisador com deficiência visual e outros jovens com condições semelhantes. Portanto, a omissão dessas informações seria também uma falta de coerência ideológica, e até mesmo uma hipocrisia no plano ético que nos levaria a continuar invisibilizando que, a partir de diferentes corpos, também fazemos, concebemos e produzimos conhecimento antropológico.

Este artigo resume algumas reflexões sobre o desenvolvimento de um *podcast*, que fez parte da minha tese de Licenciatura em Antropologia Social, defendida em 2022. A tese é intitulada *Si el amor es ciego la sexualidad no: propuesta para una educación inclusiva a partir del análisis de las vivencias de jóvenes con discapacidad visual* (Martínez-Hernández, 2022), na qual a vivência da sexualidade de cinco jovens com deficiência visual é abordada com maior profundidade.

Antes de continuar, no entanto, é necessário definir alguns conceitos básicos. O primeiro é o conceito de deficiência, entendida como a interação entre a condição de uma pessoa (sensorial, física ou psicossocial) com um ambiente limitante, de modo que essa relação é uma desvantagem ou dificuldade (Gimeno, 2008; Vargas-Dengo, 2012). Então, deficiência visual ocorre quando um ambiente visual cêntrico limita pessoas com

⁵ Licenciado em Antropologia Social na Universidade da Costa Rica. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: henry.hernandez@ufam.edu.br

cegueira ou baixa visão, através de barreiras arquitetônicas ou atitudinais (Fernández, 2019). Além disso, neste artigo será utilizada a palavra *discapacidade* e não *deficiência*, uma vez que a primeira (como tradução de *disability*) refere-se à capacidade de fazer algo que, na verdade, não está no corpo das pessoas, mas em oportunidades ou barreiras ambientais, o que está diretamente relacionado ao conceito de *capacitismo*; enquanto a palavra *deficiência* (como uma tradução de *impairment*), refere-se a um defeito corporal, recaindo, assim, toda a atenção sobre a condição corporal da pessoa, a partir de uma compreensão médica e reabilitadora que, por sua vez, as Pessoas com Discapacidade (PCD), tem se esforçado para deixar para trás o conceito de *deficiência* (Gimeno, 2008).

Talvez o melhor exemplo para entender ambientes limitantes e capacitistas seja pensar no que Ávila e Acosta (2016) chamam de regime escópico, ou seja, uma espécie de ditadura do visual acima de qualquer outro sentido. Dessa forma, nosso mundo visual cêntrico privilegia tudo o que é produzido a partir da visão como uma verdade quase absoluta e inquestionável. Não é por acaso que, na ciência, a visão é considerada como um sentido objetivo e o centro da maioria das técnicas, discussões epistemológicas e mesmo formas de produção de conhecimento (Le Breton, 1995). Sem ir mais longe, o trabalho de Ardévol (1998) é um exemplo de como a antropologia dá um lugar privilegiado àquele olhar antropológico, àquela observação que entra pelos olhos, deixando de lado o resto dos sentidos e as formas como os corpos sem visão observam o mundo que nos rodeia.

Esse regime escópico gera um problema de grande relevância para as pessoas em condição de *discapacidade visual* (PCDV), pois, em muitas ocasiões, temos pouco ou nenhum acesso à informação (Cabero; Almenara, 2008). De fato, quando se fala em educação sexual, uma grande quantidade de informações é fornecida visualmente, com mídias ou campanhas gráficas, ou depende da identificação de sintomas, com base em características como coloração ou aparência de certas partes do corpo. Como resultado, as PCDV estão expostas a um maior risco de vivenciar situações de violência, abuso ou carência de ferramentas para tomar decisões sobre o próprio corpo (Ferreira, 2008; Fernández, 2019).

Além disso, quando abordamos a questão da educação sexual e dos nossos direitos sexuais e reprodutivos, é preocupante pensar que tanto a investigação como as campanhas de informação ou de promoção da saúde sexual e reprodutiva para nós têm sido tradicionalmente concebidas e realizadas por pessoas que não habitam corpos como o nosso, ou não conhecem pessoalmente as nossas experiências. Nesse sentido, há necessidade de fazer produtos a partir de nós e para nós, comprometidos com uma epistemologia anticapacitista e não visual cêntrica, capaz de questionar a predominância da suposta objetividade visual indiscutível.

Por essas razões, o objetivo deste trabalho foi criar um produto de divulgação para informar jovens com deficiência visual sobre sexualidade, a partir de nossas próprias experiências. Para tanto, a Antropologia oferece uma abordagem riquíssima, se partirmos do fato de que as PCDs são sujeitos transculturais, uma vez que convergem, em nossos corpos, sentimentos de pertencimento relacionados a diversas identidades culturais, que se hibridizam e se entrelaçam. Assim, pertencemos a grupos culturais majoritários, locais, étnicos, sexuais, etc., enquanto, somos capazes de criar uma identificação com outras pessoas na mesma condição que nós, a partir do reconhecimento de práticas, experiências, lutas e necessidades comuns; embora, esse seja um processo mais difícil e que depende do grau de orgulho e aceitação que cada pessoa tem do seu corpo e da sua condição. Consequentemente, o desafio é criar produtos que respondam a essa transculturalidade, sem perder o fio condutor da identidade da população com deficiência visual, que alguns debates como o apresentado por Gómez (2022) propõem até mesmo ser chamada de culturas da discapacidade/deficiência.

MÉTODOS E TÉCNICAS

O projeto foi desenvolvido nas cidades de Cartago e San José, na Costa Rica, entre 2019 e 2022. Participaram como interlocutoras cinco pessoas jovens com diferentes condições de Discapacidade/deficiência visual e com idade entre 22 e 30 anos. Os pseudônimos e informações básicas das pessoas participantes estão indicados abaixo:

Quadro 1: Informação geral das pessoas participantes

Nome	Algumas características
Eva	Mulher cisgênero heterossexual, Universitária e feminista; Condição de baixa visão.
Mía	Mulher cisgênero heterossexual, estudante de Ensino Médio; Condição de baixa visão.
Omar	Homem cisgênero heterossexual, exerce atividade remunerada; Condição de baixa visão.
Paola	Mulher transgênero bissexual e demisssexual, exerce atividade remunerada; Condição de baixa visão.
Henry	Homem cisgênero homossexual, exerce atividade remunerada; Condição de cegueira total; Pesquisador do projeto.

Fonte: Criação do autor, 2024

Meu envolvimento como pesquisador e participante não é coincidência; pois, além de ser a única pessoa totalmente cega participando, pareceu-me impossível ficar de fora, sem contar que achei antiético apresentar as histórias de outras PCDs a uma distância confortável e segura. Além disso, se eu quisesse um mínimo de horizontalidade, a prioridade era me entender como sujeito em igualdade de condições ao dialogar, embora com maior responsabilidade ao sistematizar e escrever. Da mesma forma, compartilho com autores como Mello, Aydos e Schuch (2022) a necessidade que nós, pesquisadores com deficiência, temos de nos tornar visíveis dentro de uma academia capacitista, através de formas aleijadas de fazer Antropologia, ou, através dos princípios e ferramentas que a Teoria *Creep* nos oferece.

Portanto, o método utilizado durante a pesquisa foi a autoetnografia interpretativa. O que, segundo Anderson (2006), é ideal quando: o pesquisador é membro pleno da população participante; há uma reflexão analítica no processo; a própria pessoa que pesquisa é visível na narrativa e demonstra compromisso e envolvimento político com o fenômeno abordado. Além disso, diferentemente de outras ideias da autoetnografia, as ideias interpretativas ou analíticas envolvem um diálogo com outros participantes, por meio do qual soluções e análises são construídas e abordagens são validadas (Denzin, 1989; Anderson, 2006).

III Seminário Gênero e Sexualidades em debate: Políticas anti-gênero, agenciamentos e educação para as diferenças e II Colóquio TransEducação

Denzin (2017) definiu a autoetnografia analítica interpretativa como um exercício prático, no qual a pessoa pesquisadora coautua numa espécie de peça teatral, na qual os colaboradores são protagonistas e parte fundamental de sua própria análise. Isso, por sua vez, implica a criação de exercícios e produtos onde quem colabora na pesquisa é também o público-alvo. Portanto, implica na criação de produtos em que as pessoas sintam suas experiências, sua forma de falar e seus problemas muito próximos, a ponto de se identificarem e se sentirem parte disso, ou seja, o que estávamos buscando com a ideia do *podcast*.

No entanto, para operacionalizar esse método, procedeu-se à coleta de histórias de vida, focadas em vivências sobre sexualidade, identidade e corporalidade, de cinco jovens com deficiência visual, incluído o pesquisador. Para isso, foram realizadas entrevistas em profundidade virtualmente devido aos limites do confinamento sanitário, em razão da Covid-19. Essas entrevistas foram bidirecionais, apresentadas como diálogos em que tanto a pessoa pesquisadora quanto a participante estavam abertas para fazer perguntas, opinar sobre a experiência da outra e pensar juntas sobre o que foi narrado, o que foi vivido e os sentimentos e emoções gerados ao falar sobre essas experiências, segundo o que propõe Martín-García (1995).

Posteriormente, determinamos áreas de análise e nos temáticos de interesse compartilhados nas cinco histórias: preconceitos sobre a sexualidade das PCDV; estratégias e riscos a serem considerados ao se relacionar por meio de aplicativos; a identificação de relacionamentos tóxicos ou violentos.

A partir das cinco histórias de vida, construímos cenas que pudessem ilustrar esses três temas prioritários, unindo várias de nossas experiências, colocadas em contos com personagens fictícios, mas realistas. Posteriormente, passamos a dramatizar essas cenas e gravá-las em áudio, com a ajuda de outros colaboradores, que emprestaram as suas vozes e interpretações. Para tanto, optou-se por registrá-los em ambientes reais, como ruas, restaurantes ou ligações telefônicas, a fim de utilizar aspectos da etnografia sonora para gerar maior familiaridade com as situações apresentadas. Em última análise, essas cenas foram o foco e o material em que a discussão se baseou nos vários episódios do *podcast*, o que é consistente com o uso prático que Denzin (2017) apontou, como indicado anteriormente, e da experiência exposta por Otón, Luque e Borreguero (2019).

POTCAST: “SI EL AMOR ES CIEGO, LA SEXUALIDAD NO” (SE O AMOR É CEGO, SEXUALIDADE NÃO)

Posso apontar várias razões para a escolha do podcast como formato para disponibilizar os principais resultados de nossa pesquisa para as PCDV. Talvez o mais importante de tudo seja que esse formato é ideal para populações acostumadas com a comunicação auditiva, o que é atraente para um grupo populacional acostumado a comunicações com foco visual (Wild, Kelly, Blackburn e Ryan, 2014). Aliás, além dessa particularidade, o *podcast* permite que a informação seja democratizada, é plástico, versátil e permite atingir o público jovem mesmo com pouco financiamento (Galay, 2015).

No entanto, ele também vem com alguns desafios ou desvantagens. Por exemplo, este produto não é acessível a todos os públicos, especialmente quando se trata de pessoas surdas; entretanto, a delimitação do projeto fez com que o *podcast* fosse voltado para um público específico. Também, é necessário ressaltar que o caráter democrático dos *podcasts* é limitado pela exclusão digital, pois nem todas as PCDV possuem os meios tecnológicos ou mesmo as ferramentas e conhecimentos para acessar o material com autonomia (Cabero-Almenara, 2008). Da mesma forma, a edição de áudio, muitas vezes, envolve o uso de softwares, que também representam barreiras de acessibilidade para uma pessoa cega que usa um leitor de tela; mas, essa não é a única barreira de acessibilidade, pois ao disponibilizar *podcasts* nas plataformas pensadas para isso, é sempre necessário incluir uma linha gráfica, que é um desafio para quem cria esse tipo de conteúdo sem ferramentas visuais.

No entanto, apesar desses desafios, o *podcast* "Se o amor é cego, a sexualidade não é" permitiu uma abordagem interdisciplinar da Antropologia, Teatro e Educação sobre a sexualidade de jovens em condição de incapacidade visual. Além disso, é um produto criado por, para e a partir das nossas experiências, dando lugar às nossas vivências, mas também à nossa forma de ouvir, viver e sentir o mundo. Pois bem, tanto o *podcast* quanto os elementos da etnografia sonora permitiram a realização de cenas em que as PCDV podem nos identificar e nos situar como aqueles sujeitos transculturais que vivem em contextos urbanos, processos virtuais e experiências muito diversas, mas

sempre atravessadas por esse acúmulo de sensações, limitações e particularidades que alguns autores denotam como cultura da deficiência/discapacidade (Gómez, 2022).

Abaixo, vamos dar uma olhada nas três principais cenas criadas nos episódios do *podcast*, bem como as situações levantadas e analisadas nelas.

Nosso direito de decidir: preconceitos e tabus sobre nossa sexualidade

No episódio *Nosso direito de decidir*, há uma cena em que um jovem com deficiência visual tenta acessar uma campanha de distribuição gratuita de preservativos masculinos. No entanto, dentro da cena, os responsáveis pela distribuição do método contraceptivo não veem o jovem com deficiência visual como potencial usuário ou beneficiário da campanha. Diante disso, o rapaz reclama e os responsáveis passam a questionar a utilidade que ele poderia encontrar em um método contraceptivo.

Essa cena remete a um tema fundamental para a compreensão de nossas experiências de sexualidade. Refiro-me à negação de nossa sexualidade e, portanto, de nossos direitos sexuais e reprodutivos. Essa negação decorre da ideia de que PCDs são eternamente infantis, ou mesmo vistas como anjos benevolentes. Nesse sentido, a infantilização significa que nos é negado o acesso à informação, mas também não somos vistas como possíveis parceiros, como pessoas sexualmente atraentes ou como capazes de tomar nossas próprias decisões em relação ao nosso corpo (Ornelas-França e De Souza-Azevedo, 2003). O que, segundo Fernández (2019), nos expõe a maiores vulnerabilidades em termos de abuso e assédio sexual, tanto no lugar de vítimas que não são capazes de identificar riscos quanto de denunciar comportamentos abusivos, ou no lugar de vitimistas, cujas ações de assédio ou abuso são desculpadas com base no imaginário da infantilidade ou na bondade e inocência eternas das PCDV.

De fato, a infantilização das PCDs fez com que o nosso direito à educação sexual fosse discutido nos mesmos debates que questionavam o acesso dos menores à informação sobre sexualidade (López, 2018). Assim, os movimentos conservadores que se opõem ao acesso das crianças à educação sexual também não consideram prioritários os direitos reprodutivos das pessoas com deficiência, porque nos colocam numa posição de infância e inocência que deve ser defendida de acordo com as suas ideias de evitar a

suposta contaminação das infâncias, com o que na Costa Rica eles chamam de agenda da ideologia de gênero (Camarena, 2017; Baez, 2019; Mora-Solano, 2022).

Finalmente, o episódio também abordou a questão da negação da diversidade sexual dentro das PCDs. Para isso, as experiências da pesquisadora e de Paola, como pessoas com deficiência pertencentes ao coletivo LGBTQIA+, foram de grande relevância.

Paquera virtual, seus riscos e como preveni-los

O segundo episódio trata dos riscos ligados a encontrar parceiros ou encontros casuais por meio de aplicativos de namoro virtual. Em seguida, ele nos apresenta uma cena em que uma jovem com deficiência visual liga para um amigo, para contar que um rapaz que ela conheceu pelo aplicativo a pediu para sair. Então, ela diz ao amigo que está um pouco assustada porque não o conhece e não quer que sua família descubra que ela vai se encontrar com um rapaz que não conhece. Diante disso, o amigo pede que ela lhe envie a localização do local onde ela estará, e eles também concordam que ela encontrará o estranho em um local público, que lhe é familiar, durante o dia e que ela tentará chegar e sair do local de forma autônoma e sem depender da outra pessoa.

Essa cena não apenas expõe várias das estratégias mais importantes que as PCDV têm para usar aplicativos de relacionamento para marcar encontros. Discute-se, também, o fato de que dentro desses aplicativos há um alto grau de rejeição em relação ao nosso corpo como resultado do capacitismo presente em nossa sociedade (Rueda-Suárez, 2019; Licoppe, 2020). Assim, apresenta-se um dos achados da pesquisa, que corresponde às diferentes maneiras pelas quais as PCDV decidem mostrar as fotografias do corpo nesses aplicativos. Bem, algumas pessoas preferem mostrar fotografias que não exponham explicitamente sua condição visual, enquanto outras preferem tornar a condição evidente desde o primeiro momento.

Além disso, esse episódio repercute em discussões sobre virtualidade e as novas formas como nos relacionamos. No entanto, ela também reconhece que mesmo as formas presenciais de se relacionar também representam desafios ao procurar um parceiro ou ao considerar um encontro sexual casual, porque grande parte da linguagem não verbal socialmente aceita para mostrar interesse em alguém ou para confirmar que

alguém está interessado em nós, está cheia de olhares, gestos e outras características visual cêntricas que escapam à nossa percepção.

“Amiguis Date Cuenta”: Identificando e prevenindo relações violentas

Embora o nome do episódio se refira a um meme, a cena central ilustra uma situação que não é nada engraçada. Nesta cena, uma garota com deficiência visual está em um bar conversando com vários de seus amigos. Em seguida, relata que foi a uma consulta ginecológica e que o ginecologista a tratou de forma violenta, indicando que ela não deveria ter uma vida sexual ativa para não ter filhos que pudessem herdar sua condição visual. Diante disso, sentiu-se extremamente violentada e, quando buscou apoio do namorado, ele lhe disse que ela estava exagerada e que a impressão que tinha sobre o ginecologista era explicada pelas alterações hormonais das mulheres. Diante disso, seus amigos a aconselham a terminar aquele relacionamento em que suas emoções são diminuídas ou invisibilizadas pelo namorado. Mas também apontam a falta de profissionalismo e o ato discriminatório em que o ginecologista incorreu, fortalecendo na protagonista a ideia de que ela está agindo corretamente, sendo responsável por sua saúde sexual e reprodutiva, e que ela tem o direito de escolher sobre seu corpo e se quer ou não começar uma família no futuro.

Dessa forma, o episódio aborda duas questões muito relevantes: a violência médica contra PCDV em questões sexuais e reprodutivas e a violência dentro de casais. Em relação à primeira questão, é importante notar que os corpos das PCDs têm sido historicamente colonizados e dominados por outras pessoas, sejam elas líderes religiosos, pessoal médico ou mesmo nossas próprias famílias decidindo sobre os nossos corpos e vidas. Além disso, há um discurso médico da condição de deficiência como algo a ser evitado e erradicado, razão pela qual, muitas vezes, o direito de constituir família é negado às PCDV.

Por fim, no que tange às relações violentas, o episódio discute os imaginários violentos que levam as pessoas com deficiência visual a permanecerem em relacionamentos violentos, o que ocorre quando suas famílias ou ambientes próximos recorrem a discursos que justificam a permanência em relacionamentos com comportamentos violentos, argumentando que, para uma PCDV, é difícil encontrar um

parceiro e, portanto, deve se contentar com a relação que já tem. Da mesma forma, no episódio também discutimos que as pessoas com deficiência visual também podem desenvolver comportamentos de violência e dependência em relação a seus parceiros como apontaram Soler, Teixeira e Jaime (2015). Por isso, conversamos sobre algumas estratégias para identificar traços violentos nas relações, bem como para evitar a dependência e trabalhar nossa autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma ciência posicionada, engajada e que se faz com todo o corpo precisa de quem pesquisa para poder se reconhecer como parte dos processos. Para tanto, a autoetnografia analítica e interpretativa é um meio para alcançar processos e produtos de pesquisa e divulgação da Antropologia, capazes de dialogar com os participantes de uma pesquisa.

É preciso aventurar-se para além dos artigos e revistas, rumo a formas mais democráticas, acessíveis e relevantes de construir e transmitir conhecimento, um conhecimento feito com todo o corpo e livre do regime escópico que oprime as epistemes Creep. No entanto, essas metodologias e esse grau de comprometimento também requerem uma discussão sobre o necessário autocuidado ao trabalhar com questões que nos afetam diretamente. Bem, embora estejamos preocupados com a segurança das pessoas envolvidas, raramente temos as ferramentas para lidar com as fibras sensíveis que essas investigações despertam em quem as realiza.

No que se refere à educação sexual, é necessário iniciar um diálogo a partir de disciplinas como Antropologia, Comunicação Social e Artes, para criar produtos e formas de ensinar sobre direitos sexuais e reprodutivos a populações com particularidades culturais, corporais ou contextuais. Em particular, as PCDV precisam de uma educação sexual que vá além das imagens, que reconheça nossas preocupações, nossos desafios e nossas formas de viver a sexualidade que merecemos, vivemos e desfrutamos, apesar da determinação da sociedade em negar sua existência.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, L. Analytic Autoethnography. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 35, n. 4, p. 373-395, 2006.

III Seminário Gênero e Sexualidades em debate: Políticas anti-gênero, agenciamentos e educação para as diferenças e II Colóquio TransEducação

- ARDÉVOL, E. Por una antropología de la mirada: etnografía, representación y construcción de datos audiovisuales. *Disparidades*, 53, p. 217-240, 1998.
- ÁVILA, J.; ACOSTA, C. Epistemología del pensamiento visual contemporáneo desde el imaginario transdisciplinario. *Anagramas-Rumbos y sentidos de la comunicación*, v. 14, n. 28, p. 167-203, 2016.
- BÁEZ, J. Escenas contemporáneas de la educación sexual en Latinoamérica: una lectura en clave feminista. *Mora*, v. 25, n. 1, p. 1-13, 2016.
- CABERO-ALMENARA, J. TICs para la igualdad: la brecha digital en la discapacidad. *ANALES de la Universidad Metropolitana*, v. 8, n. 2, p. 15-43, 2008.
- CAMARENA, A. J. D. La contienda por los contenidos de educación sexual: repertorios discursivos y políticos utilizados por actores en México a inicios del siglo XXI. *Debate feminista*, 53, p. 70-88, 2017.
- DENZIN, N. *Interpretative Biography*. Sage publications. 1989. California, EE.UU.
- DENZIN, N. Autoetnografía interpretativa. *Investigación cualitativa*, v. 2, n. 1, p. 81-90, 2017.
- FERNÁNDEZ, M. M. D. Mujer, Ceguera y Acoso Sexual Callejero. *Género y Salud en Cifras*, 2019. Disponible em:
<https://saludzac.gob.mx/home/docs/Comite%20de%20Igualdad/Gacetas%20g%C3%A9nero%20y%20salud%20en%20cifras/GYSENC%20Vol%2017%20Num%201.pdf#page=5>.
- FERREIRA, B. Vulnerabilidade à violência sexual no contexto da escola inclusiva: reflexão sobre a invisibilidade da pessoa com deficiência. *Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, v. 6, n. 2, p. 120-136, 2008.
- FRANÇA, D. N. O.; AZEVEDO, E. E. S. Imagem corporal e sexualidade de adolescentes com cegueira, alunos de uma escola pública especial em Feira de Santana, Bahia. *Revista de Ciências Médicas e Biológicas*, Salvador, v. 2, n. 2, p. 176-184, 2003.
- GALAY, F. G. Movimiento podcaster: la nueva concreción de la radio libre. *Question/Cuestión*, v. 1, n. 46, p. 135-150, 2015.
- GIMENO, B. El discurso de la discapacidad. *Trasversales*, n. 12, 2008.
- GÓMEZ, S. P. Aprender la diferencia, una autorreflexión sobre la cultura de la discapacidad. *Utopía y praxis latinoamericana: revista internacional de filosofía iberoamericana y teoría social*, v. 27, n. 96, 2022.
- LE BRETON, D. *Antropología del cuerpo y la modernidad*. Madrid: Nueva Visión, 1995.
- LICOPPE, C. Liquidity and attachment in the mobile hookup culture. A comparative study of contrasted interactional patterns in the main uses of Grindr and Tinder. *Journal of Cultural Economy*, v. 13, n. 1, p. 73-90, 2020.
- LÓPEZ, C. M. El diálogo desafiante: Cultura de Paz en lo referente a la Educación Sexual Costarricense. *Estudios*, n. 37, p. 336-353, 2018.

MARTÍN-GARCÍA, A. V. Fundamentación teórica y uso de las historias y relatos de vida como técnicas de investigación en pedagogía social. *Aula 7*, p. 41-60, 1995.

MARTÍNEZ-HERNÁNDEZ, H. *Si el amor es ciego, la sexualidad no*: propuesta para una educación sexual inclusiva a partir de las vivencias de jóvenes con discapacidad visual. 2022. Tese (Licenciatura em Antropología Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade da Costa Rica, San José, 2022.

MELLO, A. G. D., AYDOS, V., e SCHUCH, P. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 28, n. 64, p. 7-29, 2022.

MORA-SOLANO, S. M. A mis hijos los educo yo: Reflexiones en torno a una manifestación política conservadora en Costa Rica. *Revista Rupturas*, p. 1-26, 2022.

OTÓN, L. M.; LUQUE, C. R.; BORREGUERO, M. A. El reportaje de historias de vida como punto de partida de la radio dramatizada y el 'podcast' de no ficción en el ecosistema digital. Estudio de caso: 'Sin mi identidad' (Cadena COPE), 'Lo conocí en un Corpus' (Podium Podcast) y 'Las tres muertes de mi padre' (Cuonda). *Index. comunicación*, v. 9, n. 2, p. 135-162, 2019.

RUEDA-SUÁREZ, J. *Busco pareja, que cumpla con...* "Representaciones y dinámicas de racialización en Tinder Colonia Santa Fe, Ciudad de México. 2019. Tese (Mestrado em estudos culturais) – Pontificia Universidad Javeriana, Colômbia, 2022.

SOLER, A.; TEIXEIRA, T. C.; JAIME, V. *Discapacidad y dependencia: una perspectiva de género*. Espanha: Universidad de Valencia, 2015.

VARGAS-DENGO, M. C. Miradas epistemológicas desde distintas perspectivas teóricas sobre la discapacidad. *Revista Electrónica Educare*, v. 16, n. 3, p. 145-155, 2012.

WILD, T. A.; KELLY, S. M.; BLACKBURN, M. V.; RYAN, C. L. Adults with Visual Impairments Report on their Sex Education Experiences. *Journal of Blindness Innovation & Research*, v. 4, n. 2, 2014.

ANEXOS

Abaixo estão os links para as plataformas nas quais é publicado o *podcast* criado durante este trabalho de pesquisa. Você pode escolher a plataforma de sua preferência e nesse link poderá acessar os três episódios aqui mencionados.

Spotify:

- <https://open.spotify.com/show/3uMVgnLIV0BqdV9vSYzqho?si=LUUtXQ4CShGhdByV8kl7nQ>
- Ivoox.com: <https://go.ivoox.com/sq/1689865>
- Apple Podcast: <https://podcasts.apple.com/cr/podcast/si-el-amor-es-ciego-la-sexualidad-no/id1649063587>

A IMPORTÂNCIA DO DEBATE ACERCA DE QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS

Yanca Beatriz Santos de Almeida⁶

Jeane Braga Soares⁷

RESUMO

O debate acerca de questões de Gênero e Sexualidade na escola ainda é algo que precisa ser muito discutido, já que grande parte dos profissionais não entende a dinâmica e importância do assunto e logicamente não iriam conseguir dar informações e orientações relevantes sobre o assunto. O referido artigo tem como objetivo principal conceituar questões necessárias para a compreensão de Gênero e Sexualidade, mostrar classificações sociais de Gênero, questões de Gênero e Sexualidade no currículo pedagógico e, por fim, mostrar que, durante a construção acadêmica do pedagogo, os estudantes não têm uma formação voltada para questões de Gênero e Sexualidade. O debate de Gênero busca incluir uma parte da sociedade que, tradicionalmente, está sendo excluída e também mostrar para as crianças e adolescentes que estão livres para escolher a sua profissão, livre de qualquer preconceito ou tabu, contudo, esse assunto ainda é considerado um grande tabu por advir de uma enorme gama de ignorância e falta de informação por parte da sociedade em aceitar que esses assuntos sejam trabalhados dentro de salas de aulas. Foram apresentados e comentados referenciais teóricos que nortearam a referida pesquisa, buscando apresentar assim uma pesquisa qualitativa, livre de preconceitos e com intuito de esclarecer dúvidas que rodeiam a sociedade atual, particularmente e de forma efetiva no âmbito acadêmico.

Palavras-Chave: Gênero; Sexualidade; Pedagogia.

INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão tem por objetivo debater as questões de gênero dentro da sala de aula. Nele é mostrado que é preciso que, ao aprofundar-se nesse assunto, se tenha um conhecimento prévio sobre ele.

A questão da discussão de gênero no meio social é bem recente. O conceito de gênero surgiu como uma categoria de análise. As teorias que se desenvolvem nesse campo e a partir desse conceito são muitas e complexas, mas de uma forma simplificada pode-se dizer que o termo se refere à existência de uma normatividade imposta às mulheres a partir de construções socioculturais baseadas na sua biologia. Assim,

⁶ Turismóloga e acadêmica de Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA

⁷ Acadêmica de Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA

desvendar essa categoria permite compreender como homens e mulheres são localizados na sociedade contemporânea, e que essas alocações são antes historicamente construídas do que decorrência da "natureza". Por exemplo, o fato de as mulheres serem identificadas com as esferas da maternidade, do cuidado e do trabalho doméstico e os homens com o trabalho econômico e político decorreria não de uma condição biológica, mas de uma construção social que designa esses locais em oposição e em assimetria - o público tendo maior valor social que o privado. Nesse sentido, também, trata-se de uma discussão relacional: a discussão dos papéis femininos implica a discussão dos papéis masculinos, construídos em oposição.

Ao falar sobre gênero na escola, ninguém pretende dizer às crianças e adolescentes que "não existe" homem ou mulher, ou fazê-los "perder" sua identidade. A questão é justamente compreender que, socialmente, nos relacionamos a partir de papéis que definem quem pode fazer o quê. Essa definição implica sérias limitações: meninas, por exemplo, não são estimuladas a desenvolverem suas habilidades matemáticas - porque as ciências exatas são campos de domínio masculino. Esse exemplo pontual já é suficiente para mostrar que incluir a questão de gênero nos currículos escolares vai muito além de falar sobre sexualidade. Busca problematizar e desconstruir esses significados culturalmente cristalizados como "decorrentes da biologia", buscando-se corrigir essa assimetria de poderes e trazendo mais igualdade nas relações humanas. Esse debate se expande para muito além das mulheres, mas traz benefícios para toda a sociedade, incorporando as questões da comunidade LGBTQIA+ e revisitando, inclusive, estereótipos que oprimem os próprios homens. Nesse contexto, ser contra "discutir gênero" significa não aceitar a possibilidade de enfrentar essas discussões e fechar os olhos para essas possibilidades de desconstrução de valores que conferem poderes assimétricos a homens e mulheres, fomentando relações desiguais e, muitas vezes, violentas.

Nesse contexto, pode-se dizer que "discutir gênero" não é nenhum "bicho de sete cabeças" ou atentado aos valores humanísticos ou de respeito à dignidade humana. Bem ao contrário, os debates sobre gênero visam incluir sujeitos tradicionalmente excluídos - mulheres, transexuais, bissexuais, lésbicas, assexuais, homossexuais, indígenas, negras e negros - e trazer visibilidade aos mecanismos de opressão a que se encontram sujeitos.

Trata-se de uma estratégia que busca justamente a reversão dessas opressões por meio do desvelamento dessas estruturas limitantes. O resultado é a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, voltada para um conceito de todos que realmente seja inclusivo.

CONCEITUAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Ao adentrar nesse universo que abrange gênero e sexualidade é preciso ter de modo prévio conhecimento de conceitos e nomenclaturas que assim irão auxiliar na compreensão.

Ao discutir Gênero e Sexualidade, a autora Dantas (2015, p. 23) explica que:

Como muitos outros conceitos, pode-se definir gênero e sexualidade de diversas maneiras dependendo da sua leitura, vivência, grupo social e religioso. Entretanto, por mais que os conceitos estejam entrelaçados, eles se dão por processos históricos, culturais e teóricos diferentes.

As individualidades e particularidades determinadas de cada ser humano se tratam de um dado singular que não é biológico, pois se trata do resultado extensivo de um processo social que parte do social e histórico. Neste sentido, as teorias que norteiam as questões de gênero definem que no decorrer da vida somos influenciados por instruções e práticas sociais que constituem a humanidade como homens e mulheres.

Quanto à definição de gênero, a autora Oliveira (2016, p. 08) expõe então que:

O termo gênero, classificação construída pela sociedade, contribui para exacerbar a distinção entre indivíduos de sexos diferentes. Essa classificação possibilita a construção de significados sociais e culturais que distinguem cada categoria anatômica sexual e que são repassados aos indivíduos desde a infância.

As minudências atribuídas ao gênero se tratam de construções sociais que transpassam níveis da história no que tange os distintos papéis culturais, sociais e psicológicos que são atribuídos ao sentido e definição de “masculino” e “feminino”. Oliveira (2016, p. 08) acentua a definição de gênero partindo da ótica das Ciências Sociais e Humanas:

Para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos.

A conceituação de gênero data da década de 1970, mas foi popularizado e disseminado nos anos de 1990. Foi uma temática abordada pela teoria social da época para provar que haviam inquietações que determinavam que a forma de pensar quanto ao “masculino” e “feminino” iam além de explicações biológicas, estendendo-se ainda no que concerne às relações de poder no meio social (Oliveira, 2016, p. 09).

Oliveira (2016, p. 09) afirma ainda que:

Esse conceito surgiu dentro de estudos acadêmicos sobre a condição feminina e a origem das desigualdades entre homens e mulheres. Várias pesquisadoras orientadas por questões feministas começaram a se perguntar se as diferenças e desigualdade entre homens e mulheres eram universais e se poderiam ser observadas em todo e qualquer contexto. Com essa questão em mente, realizaram estudos e, por meio deles, chegaram à conclusão de que havia, na prática, maneiras muito diversas de conceber o feminino e o masculino em diferentes culturas, momentos históricos, regiões e até mesmo em uma sociedade. Essa diversidade, portanto, era a pista para a compreensão de que o gênero, afinal, era produto de contingências sociais, e não apenas da natureza.

A autora Praun (2011, p. 59) aborda que: “as diferenças entre homens e mulheres vão além da anatomia de cada organismo, das aparências. Homens e mulheres são diferentes na maneira de ser, embora não sejam desiguais no que concerne a seus direitos”.

Stelmann (2007, p. 14), na definição histórica do conceito de gênero, explica que:

O termo gênero vem do Latim *genus*, que significa “nascimento”, “família”, “tipo”. Tradicionalmente, o termo é utilizado como um conceito gramatical de classificação de palavras, dividindo-se entre: masculino, feminino e neutro. Embora em sua origem grega, *genos* e *gemã*, o termo também fizesse referência ao sexo, foi somente a partir do século XV que esta associação passou a ser utilizada, ou seja, o termo gênero passou a ser sinônimo do sexo biológico dos indivíduos.

Evidenciar questões de gênero implicam na necessidade de estabelecer um olhar mais dinâmico para determinados aspectos que acabam por solidificar as distinções entre o ser masculino e feminino e que, conseqüentemente, ocasionam desigualdades.

Muito se tem quanto à definição de gênero que evidencia que se trata de uma construção social e que foi estabelecido para a distinção da temática sem reduzir apenas a fatores estritamente biológicos. Porém, é notório saber que há o raciocínio de “macho” e “fêmea” na espécie humana, entretanto, a questão de como desempenhar esse “papel” se dá de forma cultural e social.

O Ministério da Educação, na cartilha “Gênero e diversidade na escola” (2009, p. 41), corrobora que:

À primeira vista, pode parecer que as escolhas ou os modos de inserção no mundo do trabalho sejam reflexo de preferências naturais, aptidões natas, capacidades e desempenhos distintos entre homens e mulheres. No entanto, se observarmos com atenção, veremos que a distribuição de homens e mulheres no mercado de trabalho e as desigualdades decorrentes podem ser socialmente compreendidas e atribuídas às assimetrias de gênero.

O conceito de gênero, como vem sendo abordado nesta referida pesquisa, mostra que a questão do sexo biológico não é determinadamente comportamental. Diversas culturas perpetuam padrões que, em suma, estão associados ao corpo que se distinguem pelo órgão genital e que, através desse contato, geram novos seres, porém, isso nada mais é do que a simples reprodução humana.

A cartilha do Ministério da Educação (2009, p. 42) evidencia ainda que:

Observe como se entrelaçam o sexo, a sexualidade – aqui a heterossexual – e o gênero. Estas dimensões se cruzam, mas uma dimensão não decorre da outra! Ter um corpo feminino não significa que a mulher deseje realizar-se como mãe. Corpos designados como masculinos podem expressar gestos tidos como femininos em determinado contexto social, e podem também ter contatos sexuais com outros corpos sinalizando uma sexualidade que contraria a expectativa dominante de que o “normal” é o encontro sexual entre homem e mulher.

Sexualidade e gênero são conteúdos que comumente integram a identidade pessoal individual, na medida em que ambos são influenciados e transformados conforme os valores e objetos culturais e sociais inseridos no contexto atual.

Classificações sociais de Gênero

As diversas formas de classificar as diferenças acerca de gênero partem de um universo social que se expande, se adequa, se perpetua e engloba todas as formas de se sentir parte integral. A concepção que se tem das diferenças existentes entre os seres humanos, sejam por questões de classe social, por gênero, por orientação sexual ou por etnia, se dá por intermédio da cultura que socialmente a estabelece.

No que tange ainda a questão social de gênero, a autora Da Silva Ferreira (2018, p. 13) aborda que:

A normatividade imposta na identificação dos sujeitos atrelada a sua biologia, limitam os indivíduos a se identificarem conforme os padrões estabelecidos pela sociedade. As masculinidades e feminilidades seriam sistemas de representações dos papéis a serem seguidos conforme o sexo biológico.

Entretanto, quando o sujeito em seu processo identificatório encontra-se em oposição ao socialmente estabelecido inicia-se então um conflito identificatório.

A autora Jesus (2012, p. 41-42) corrobora ainda que:

Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente. Se adotamos ou não determinados modelos e papéis de gênero, isso pode depender de nossos órgãos genitais, dos cromossomos ou de alguns níveis hormonais.

Cabe alertar que, para a diferenciação de gênero e orientação sexual, apesar da semelhança e da possibilidade da integração de ambas, uma não necessariamente depende da outra.

A identidade de gênero pode ser entendida como uma construção individual partindo da perspectiva social, onde os indivíduos se apropriam da cultura na qual estão inseridos e acabam refletindo os valores de representação. O desenvolvimento do gênero parte de uma inquietação quanto ao “masculino” e “feminino”, seguindo, assim, uma predeterminação de condutas de diferenciação de gêneros.

Diversos estudos sobre questões de gênero possibilitaram uma discussão mais efetiva desse tema que carrega muitos paradigmas a serem rompidos. Nesse sentido, Ferreira (2018, p. 15) expõe ainda que:

A partir dos estudos do gênero, surgiram importantes produções teóricas que trouxeram um novo olhar sobre a identidade sexual e de gênero, promovendo debates sobre a dimensão social da sexualidade, abrangendo os diferentes tipos identitários classificados como normativos ou desviantes.

Questões de Gênero e Sexualidade no Currículo Pedagógico

No contexto em que a sociedade está atualmente inserida, é possível compreender a importância da escola no extenso e complexo processo de contribuição na socialização e integração de crianças, jovens e adultos. Neste sentido, é imprescindível que haja uma formação de qualidade voltada para a necessidade de debater com propriedade sobre as questões de gênero e sexualidade.

Neste sentido, as autoras Almeida e Luz (2011, p. 2) contribuem que:

Nesse sentido, pensar a escola e a educação é pensar um universo de desafio, e questionar o conhecimento presente nesse espaço. O conhecimento destinado à escola é, de maneira geral, o de bases científicas. Todavia, nem sempre os alunos se sentem contemplados em suas demandas de saberes,

muitas vezes mostrando-se distantes e alheios às temáticas ensinadas em sala de aula. Outros temas, como a sexualidade. Embora presente na escola, ainda enfrenta resistências para a sua inserção curricular.

As instituições de ensino são responsáveis por moldar os sujeitos que as frequentam, neste sentido, corroboram com as representações de gênero e sexualidade as quais estão presentes nesse círculo social. Se o debate acerca de questões de gênero e sexualidade tem se perpetuado, há a necessidade de que os profissionais desenvolvam uma visão crítica através de uma ótica social que contemple as diferenças de gênero.

As autoras Esplendor e Braga (2009, p. 2) corroboram o seguinte conceito:

Sendo assim, a escola, juntamente com os seus/suas educadores/as, têm um grande papel na não perpetuação da hierarquia de gênero. Ela pode sondar, por exemplo, no trabalho que realiza com os/as educandos/as, que tipos de texto didático e de literatura estão sendo utilizados, que tipo de linguagem e imagens, que tipo de música etc. Isso tudo deve ser verificado pelos/as educadores/as, pois assim perceberão como a escola é perpassada pelos papéis de gênero, ou seja, pelas construções sociais e culturais de “masculino e feminino”.

Atualmente, as escolas ainda seguem primícias onde são reproduzidos os papéis que são relacionados a questões de gênero e culminam na disseminação de constantes desigualdades. Sendo assim, Ferreira (2016, p. 44) afirma que:

Assim, a escola que adota ou assume essa visão de currículo continua sendo a reprodutora e produtora de instituições e desigualdades sociais, atualmente de forma mais velada. A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela determina o que cada um pode ou não pode fazer, ela separa e institui cada sujeito. Informa o ‘lugar’ dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através dos seus modelos, aponta aqueles/as que deverão ser copiados/as e permite também que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos.

Sendo assim, a escola não só acaba refletindo a respeito das concepções de gênero e sexualidade, bem como reproduz os conceitos que permeiam o meio social. Isso ocasiona na compreensão de uma construção de sujeitos masculinos e femininos pela ótica estritamente heterossexual. Os discursos e conceitos que são propagados nas escolas atrelam gênero e sexualidade a partir da heterossexualidade, seguindo um padrão errôneo da sociedade de homogeneidade (Ferreira, 2016, p. 45).

Se faz tão necessário o debate e a discussão de temas que correspondem à sexualidade e gênero, que é possível refletir sobre repensar o currículo pedagógico e o papel da educação nos tempos atuais, em que as informações não são exclusivamente literárias.

III Seminário Gênero e Sexualidades em debate: Políticas anti-gênero, agenciamentos e educação para as diferenças e II Colóquio TransEducação

A autora Araújo (2018, p. 24) traz para o debate então:

O conteúdo pelo conteúdo perde o sentido quando não problematizado, quando não relacionado com as diversas realidades do mundo atual. É o caso de algumas pesquisas publicadas sobre o ambiente escolar citadas no tópico anterior, que abordam a homofobia de forma genérica, pois não informam se a pesquisa contou com alunas lésbicas e/ou estudantes transexuais, por exemplo.

No que tange questões voltadas para o currículo no âmbito da Pedagogia, a autora Araújo (2018, p. 31), traz a seguinte reflexão:

A Pedagogia e o currículo escolar devem ser capazes de oferecer oportunidades para que crianças e jovens desenvolvam a consciência crítica e compreendam os sistemas e as formas dominantes de representação da identidade e da diferença.

É notório o quanto o currículo pedagógico ainda não está apto a lidar com questões de gênero e sexualidade. Pois um currículo de fato democrático será aquele que irá englobar todas as culturas e as problemáticas que estão presentes no dia a dia. Se faz necessário ter o estranhamento de um modelo de currículo no qual encontra-se fechado em moldes já ultrapassados e antiquados.

A escola deve ser capaz de, através do seu currículo pedagógico, criar e propagar instrumentos que sejam capazes de promover e compartilhar a mudança, a diversidade, onde assim possa estabelecer um currículo que almeja uma escola compreensiva com moldes no respeito às diferenças e igualdade.

A construção acadêmica do pedagogo contempla formação voltada para questões de Gênero e Sexualidade?

Durante todo o processo de pesquisa e levantamento de dados que pudesse fornecer informações pertinentes para embasar tal debate, foi averiguada e constatada a suma importância de haver, na construção do Pedagogo, uma formação que contemple a discussão e o conhecimento de questões ligadas ao Gênero e Sexualidade.

Ao aprofundar uma análise do currículo pedagógico dos cursos de Pedagogia disponíveis, é perceptível que, mesmo depois de tantos avanços, tantos estudos, tantos casos, pouco se têm de componentes curriculares que assim considerem questões de gênero e sexualidade.

Apesar de haver momentos isolados durante a graduação em que seja possível obter alguma informação rasa sobre o assunto, é de conhecimento geral que ainda há

um longo e árduo percurso no contexto da universidade e formação de Licenciados em Pedagogia.

Essa problemática é atual e de extrema importância, pois é cada vez mais comum lidar com situações das quais os educandos possuem questionamentos ligados à sexualidade, ao seu próprio reconhecimento pessoal, dúvidas ligadas ao gênero, e é justamente por esse motivo que o estudante de Pedagogia está assim construindo a sua dinâmica como educador e precisa ser preparado para lidar de forma lúcida e livre de preconceitos. É preciso desconstruir esse futuro pedagogo, para que o mesmo não leve para o convívio com os alunos os seus preconceitos, ideologias, ignorâncias e falta de informações válidas.

Fazendo uso dessa enorme gama de informações disponíveis a todos a partir de uma concepção tecnológica, é preciso produzir ações que visem, assim, práticas discursivas que ocasionem em uma individualidade particular baseada no respeito e no conhecimento, de que há inúmeras formas de ser e que devem ser incluídas em todo o processo de aprendizagem, sem que haja qualquer perjúrio ou discriminação por ser quem seja. É necessário investir em pesquisas e discussões que resultem em novas formas pedagógicas que possibilitem disseminar um conceito menor normativo dos corpos, sexualidade e identidade. Produzindo, assim, um ensino e aprendizado baseados na liberdade.

Por se tratar de um campo educacional de extrema importância, a Pedagogia é uma importante ferramenta na interlocução do debate de concepções contemporâneas que regem as múltiplas identidades, sexualidades e questões de gênero, quebrando totalmente esse sistema antiquado e tradicionalista que pretende aprisionar e oprimir as pessoas.

O governo Bolsonaro e seus apoiadores, por exemplo, foram totalmente contra a Educação Sexual dentro da sala de aula da Educação Básica, mas, sabe-se que esse debate é de extrema importância, pois o educando deve conhecer a autonomia que ele tem por direito sobre o próprio corpo.

A liberdade da fala de questões de gênero e sexualidade também é uma questão que contradiz a um sentido equivocados de que esta abordagem se trata de uma ideologia arbitrária, o que foge totalmente do que realmente se trata este ensino.

Além disso, alunos que são vítimas de assédio precisam perceber que tem alguém para confiar em contar que sofrem tal violência. Se as disciplinas voltarem uma parte das suas aulas, nem que seja uma vez por semana para falar sobre identidade de gênero e educação sexual livre de tabus e preconceitos, é possível que o número de crianças violadas física e mentalmente diminua.

É necessário que as escolas tenham um grupo de psicólogos e conselheiros para tratar da saúde mental das crianças que identificaram algum sinal de abuso e/ou se identificam com o gênero diferenciado do gênero biológico. É importante que essas crianças não tenham medo e se sintam seguras em pedir ajuda para alguma autoridade escolar.

Em outra perspectiva, na grade acadêmica dos estudantes de Pedagogia, não contém nenhuma disciplina que ensine a lidar com tais assuntos, por isso, é necessário que esse conteúdo seja contemplado durante o curso para que, assim, o pedagogo tenha outra visão das abordagens dentro da sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica cada vez mais clara e evidente a necessidade do embasamento teórico no que se diz respeito às questões de gênero e sexualidade por parte dos professores e no que tange à falta de incentivo governamental. Nota-se que a identidade de gênero é um termo novo e ainda muito confuso, mas que estudá-lo se torna indispensável nos dias atuais.

A diferença entre sexo e gênero ficou evidenciada de forma clara e objetiva. O sexo é biológico e o gênero é social e vai além do seu órgão genitor, se trata de como o indivíduo se enxerga e determina socialmente, como ele se identifica. Questões da própria identidade de gênero e sexualidade vêm sendo discutidas de forma mais efetivas dentro e fora de sala de aula, a forma que o aluno se identifica no gênero "masculino" e/ou "feminino", e as inquietações acerca de quando os mesmos compreendem estar em um corpo que não é o seu biologicamente, no caso das pessoas transexuais, e tudo isso acarreta inúmeros outros problemas, dentre eles, os estigmas sociais construídos no decorrer dos anos que se afirmam em cima da Biologia para justificar todo o machismo implantado no Brasil há séculos, a mulher o ser frágil, mas inteligente e fica

entre elas o papel social de exercer a profissão de Humanas, e quanto ao homem forte e de raciocínio lógico, a de Exatas.

Dentre outras temáticas está também o Feminismo, que é um movimento político social de mulheres empoderadas que buscam acabar com as desigualdades de gênero homem e mulher e desconstrução de padrões estéticos colocados pelos papéis sociais. Enquanto o papel da universidade em si e o desenvolvimento do curso de Pedagogia, ficou notória a ausência de matérias na grade curricular que contemplassem esse conteúdo, o que exemplifica uma forte resistência ao discutir sobre o assunto, já que é bem evidente o quão é importante um professor apto a responder e discutir essa questão dentro da sala de aula, pois um aluno instruído se entende melhor e se vê longe da carga de preconceito naturalizado pela sociedade.

Portanto, partindo de um contexto devidamente explanado, averiguou-se que é necessário expandir os horizontes e levar a sério a questão de gênero e sexualidade nas universidades, faculdades, escolas e centros educacionais, e então entender que o apoio da escola e dos pais é de suma importância para que os alunos, e até eles próprios, se construam pessoas conscientes, felizes e confortáveis com as questões do seu corpo e mente. Portanto, gênero e sexualidade na grade curricular das universidades e a discussão na sala de aula, principalmente nos anos iniciais, são indispensáveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, K. D.; LUZ, N. S. *Gênero, Sexualidade e Currículo: Possibilidades para a educação sexual na escola. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE*. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curitiba. 2011. 12p. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/cd2011/pdf/5867_2910.pdf. Acesso em: nov. 2019.

ARAÚJO, D. B.; CRUZ, I. S.; DANTAS, M. C. C. *Gênero e sexualidade na escola*. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018. 69 p.

COLLING, L. *Gênero e sexualidade na atualidade*. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018. 69 p. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/430946/2/eBook_%20Genero_e_Sexualidade_na_Atualidade_UFBA.pdf. Acesso em nov. 2019.

FERREIRA, D. S. *Construção da identidade de gênero: reflexões em contexto escolar. Psicologia PT*. 2018. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0439.pdf>. Acesso em: nov. 2019.

III Seminário Gênero e Sexualidades em debate: Políticas anti-gênero, agenciamentos e educação para as diferenças e II Colóquio TransEducação

- DANTAS, L. D. S. *et al. Gênero e sexualidade na formação do pedagogo*. 2015. Disponível em:
http://bdm.unb.br/bitstream/10483/12801/11/2015_LaraDaianadaSilvaDantas.pdf. Acesso em: nov. 2019.
- ESPLENDOR, E. V. S.; BRAGA, E. R. M.; *Conduas pedagógicas sobre as questões de gênero na escola*. Disponível em:
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2274-8.pdf>. Acesso em: nov. 2019.
- FERREIRA, M. P. Currículo, gênero e sexualidade: questões indispensáveis à formação docente. *Revista Margens Interdisciplinar*, Belém, v. 9, n. 12, p. 37-56, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/viewFile/2995/3043>. Acesso em: nov. 2019.
- JESUS, J. G. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012. 42p. Disponível em:
<http://www.diversidadesesexual.com.br/wpcontent/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: nov. 2019.
- BARRETO, A.; ARAÚJO, L.; PEREIRA, M. E. (orgs.). *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, sexualidade, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. 266p. Disponível em:
http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf. Acesso em: nov. 2019.
- NOGUEIRA, D. M. Gênero e sexualidade na educação. *Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas*, v. 1, 2010. Disponível em:
<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/2.DanielaNogueira.pdf>. Acesso em: nov. 2019.
- OLIVEIRA, L. G. *Unidade didática de História: gênero e sexualidade na perspectiva da diversidade sexual*. Curitiba, 2016. 69 p. Disponível em:
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_hist_ufpr_lucianagaragnani.pdf. Acesso em: nov. 2019.
- PRAUN, A. G. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. *Revista Húmus*, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em:
<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/1641>. Acesso em: nov. 2019.
- STELLMANN, R. *A masculinidade na clínica*. Orientadora: Andréa Seixas Magalhães. 2007. 250 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CONFIGURAÇÕES DE GÊNERO NA VIDA DE HOMENS E MULHERES VIVENDO COM HIV: UMA PERSPECTIVA CRUCIAL PARA A DEFESA DA SAÚDE NO SUS

Gabrielle Figueiredo Bruno⁸
Breno de Oliveira Ferreira⁹

RESUMO

Os valores e ideais de gênero referem-se aos roteiros sociais hegemônicos que permeiam e estruturam todos os domínios na vida de homens e mulheres, incluindo as práticas em saúde, podendo, então, influenciar a forma como as pessoas percebem e lidam com questões de saúde-doença, como, por exemplo, o diagnóstico de HIV/Aids. Este estudo, de natureza qualitativa e exploratória, buscou analisar como esses valores e ideais gendrados configuram modos de vida e práticas de saúde para homens e mulheres vivendo com HIV após os seus diagnósticos. Realizamos entrevistas narrativas com dez homens e mulheres vivendo com HIV, e o conteúdo foi analisado a partir da Análise do Discurso e da Análise da Subjetivação, utilizando as contribuições teóricas e conceituais dos estudos de gênero, especialmente o aporte de Joan Scott, que utiliza gênero como categoria de análise. Identificaram-se quatro eixos analíticos nos quais as questões gendradas surgiram mais marcadamente: relações afetivo-sexuais; estigma; autoestima e relação com o corpo; práticas de autocuidado e transição pelos espaços de saúde. Os resultados mostraram que, apesar das contínuas transformações nos roteiros sociais de homens e mulheres, esses papéis ainda influenciam modos de vida e configuram práticas de saúde, podendo amplificar a dor e o sofrimento relacionados ao HIV/Aids. Para as mulheres entrevistadas, os valores de passividade e ideais de beleza foram destacados, o que pode levar a dificuldades no manejo de relacionamentos após o diagnóstico e impactar a autoestima. Os ideais de força e virilidade, por outro lado, foram relevantes no discurso dos homens, afetando diretamente como se comportam nos âmbitos da afetividade, sexualidade e desempenho laboral. Ambos os gêneros enfrentam estigmas gendrados junto ao diagnóstico, emergindo para as mulheres os roteiros de vulgaridade, e para os homens, da homossexualidade. As práticas de autocuidado também foram influenciadas pela socialização de gênero. As mulheres foram encorajadas desde cedo a cuidar da própria saúde, enquanto os homens relataram perceber o adoecimento como fraqueza. As narrativas dos entrevistados ressaltam a urgência de reconsiderar as questões de gênero no âmbito da saúde e do HIV/Aids, para desenvolver profissionais e espaços de cuidado que sejam mais inclusivos e culturalmente sensíveis. Para isso, é necessário (re)pensar a construção de um Sistema Único de Saúde (SUS) que seja realmente para todos – ou seja, que ampare a todos considerando as diferenças que permeiam a vida humana, incluindo o reconhecimento das contribuições de gênero como uma das estruturas conceituais da epidemia de

⁸ Aluna do curso de graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: gabriellefigueiredob@hotmail.com

⁹ 2 Doutor em Saúde Coletiva e professor-pesquisador efetivo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: breno@ufam.edu.br

HIV/Aids. Somente assim, podemos começar a pensar em políticas mais humanizadas e eficientes, promovendo um SUS mais justo e equitativo para pessoas vivendo com HIV (PVHIV).

Palavras-chave: Gênero; Pessoa vivendo HIV/Aids; Práticas em saúde; Equidade; Saúde Coletiva.

O ENSINO DA COMUNICAÇÃO E DIVERSIDADE NOS CURSOS DE RELAÇÕES PÚBLICAS DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Mateus Pacheco Braga Evangelista¹⁰

RESUMO

O trabalho apresenta os resultados sobre as perspectivas do tema *Diversidade* na formação de profissionais de Relações Públicas, por meio da inserção da disciplina Comunicação e Diversidade nos cursos de graduação das universidades brasileiras. A abordagem do tema *Diversidade* tomou maiores evidências nos últimos dez anos, de acordo com Mundy (2015), e pensar sobre isso, no século XXI, torna-se muito mais importante se avaliarmos os comportamentos sociais e a construção das pessoas nos últimos tempos. As organizações precisam estar cada vez mais atentas a essas discussões e tomar um posicionamento que as favoreçam, de alguma forma. Dentro desse contexto, o profissional de Relações Públicas, considerado o responsável pelos relacionamentos organizacionais, exerce um papel funcional de estabelecer diálogos com todos esses grupos e constituir novas políticas que se tornem interessantes tanto para a empresa quanto para seus públicos. Esse contexto traz à tona um questionamento: como este tema está sendo abordado na formação profissional em Relações Públicas? Entendendo que a universidade é o espaço próprio para a formação de futuros profissionais, é preciso buscar, em dados e informações, se toda essa discussão já se faz presente ou não na formação dos discentes. O objetivo da pesquisa foi investigar de qual maneira o presente tema, em forma de disciplina, está inserido na formação dos futuros profissionais de Relações Públicas, por meio de análise quantitativa, quanto à aplicação nas estruturas curriculares dos cursos de RP no Brasil, e qualitativa, quanto ao estudo aprofundado das ementas destes cursos. Optou-se por adotar uma metodologia que consiste na pesquisa de natureza exploratória, com coleta de dados por meio da pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, uma vez que a análise dos dados é oriunda de documentos oficiais dos cursos de graduação, como estruturas curriculares e ementas de disciplinas. Foram analisados 57 cursos de graduação em RP e identificado que cinco deles oferecem disciplinas que abordam diretamente o tema *Comunicação e Diversidade* e 11 oferecem disciplinas com conteúdos relacionados à diversidade, abordando temas voltados à cultura, multiculturalidade, gênero, etnia e raça, entre outros. Algumas dessas instituições ainda trabalham o tema como unidade temática ou subitem. Concluiu-se que a abordagem sobre diversidade ainda é mínima dentro dos cursos de RP pelo Brasil, o que mostra um significativo atraso no atendimento a essas demandas sociais em um momento que a sociedade já impõe posicionamentos mais incisivos sobre isso. Ainda assim, é louvável colocar que as discussões, mesmo que mínimas, estão sendo feitas de alguma forma e tangem, ao menos, um marcador social de diversidade. As disciplinas

¹⁰ Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pós-graduando em Gestão Estratégica de Marketing pela UniFaveni. E-mail: mateeuspacheeco@gmail.com

apresentam discussões mais voltadas às questões étnico-raciais e propõem que o estudante desenvolva um pensamento crítico em relação ao que se aborda no tema, o que demonstra, por parte das instituições, a preocupação de formar um profissional que não apenas faz, mas que pensa e considera inúmeras perspectivas e contextos para agir de forma coerente.

Palavras-chave: Comunicação; Diversidade; Ensino; Graduação; Relações Públicas.

DIÁLOGOS INSURGENTES EM SALA DE AULA: GÊNERO, SEXUALIDADES E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO NOVO ENSINO MÉDIO

Samantha Pereira Neves¹¹

Deyse Silva dos Santos¹²

RESUMO

Este trabalho busca refletir e dialogar sobre as possibilidades de organização estratégica entre professores da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas (SEDUC/AM) para abordar temas como gênero e sexualidade no ambiente escolar, obedecendo às normativas do órgão regulador. Embora o projeto da Escola Sem Partido tenha sido arquivado no Senado, ainda existem Projetos de Lei (PL), na capital, que compartilham desses ideais e que tensionam o trabalho dos professores nas salas de aula. A atual reforma do Ensino Médio, expressa na Lei 13.415/2017, promoveu alterações na proposta da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Plano Nacional de Educação (PNE), sendo que neste último foi retirada qualquer menção à palavra “gênero”. Entre as justificativas para a reforma, destaca-se a necessidade de flexibilidade do currículo para atender às necessidades dos alunos, tornando-o mais atrativo e diminuindo os índices de abandono e reprovação. O Novo Ensino Médio (NEM) é dividido de acordo com as áreas de conhecimento, e cada uma dessas áreas é separada por componentes curriculares, que são as disciplinas contempladas na BNCC, devendo preencher cerca de 1.800 horas ao longo das três séries. Os itinerários formativos devem corresponder a 1.200 horas-aula no ano. Os itinerários formativos são um conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outros, que os estudantes podem escolher no Ensino Médio, conforme a necessidade e estrutura de cada escola. Dentro dos itinerários, são ministradas as Unidades Curriculares de Aprofundamento (UCAs), que fornecem aos professores, pedagogos e gestores um portfólio com orientações para escolha, implementação e plano de ensino. Entre essas UCAs, podemos citar “UCALGG003: Se liga: Movimentando para não escangalhar”, “UCACHSA005: A mulher e o mundo do trabalho” e “UCAINT001: A vida em sociedade: convivência democrática e justiça social” (Amazonas, 2023), que asseguram a prática profissional diante dos temas *Saúde Sexual e Reprodutiva, Gênero e Direitos Humanos*. Hooks (2020) afirma que os conflitos devem ser encarados como possibilidades de diálogo e promotores do pensamento crítico. Desde a reforma do NEM, o debate em torno das questões de gênero e sexualidade tem evidenciado a necessidade de diálogo entre profissionais da educação para avançar em novas práticas

¹¹ Graduação em Licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFAM) e professora na Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas (SEDUC/AM). E-mail: samantha.neves@seducam.pro.br

¹² 2 Graduação em Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e professora na Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas (SEDUC/AM). E-mail: deyse.santos@seducam.pro.br

pedagógicas, nas quais a transferência de conhecimentos dá lugar a possibilidades de construção coletiva e emancipatória (Freire, 1996).

Palavras-Chave: Educação; Gênero; Sexualidades; Formação de Professores.

SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR JOVENS DE CAMADAS POPULARES ACERCA DOS ROTEIROS DE PREVENÇÃO AO HIV/AIDS, EM MANAUS, AMAZONAS*

Isabelle Brambilla Honorato¹³

André Luiz Machado das Neves¹⁴

Breno de Oliveira Ferreira¹⁵

RESUMO

O Brasil é um dos países da América Latina onde os casos de HIV mais crescem (Unaid, 2022). Dados do Ministério da Saúde indicam um aumento na taxa de detecção nos últimos dez anos entre homens mais jovens, especialmente na faixa etária de 15 a 24 anos. Compreender as concepções e práticas desses jovens a partir dos contextos de vulnerabilidade ao HIV e outras ISTs é fundamental, considerando não apenas as particularidades comuns que esse segmento social compartilha, mas também as características dos territórios específicos nos quais esses jovens interagem, estabelecem relações afetivo-sexuais, acessam equipamentos sociais, serviços de saúde e outras formas de organizações sociais. A pesquisa foi realizada com jovens do bairro Educandos (Manaus/AM), no período de setembro a dezembro de 2021. Esse bairro é historicamente conhecido por ser uma zona de exploração sexual e prostituição. Atualmente, é um bairro populoso, com saneamento básico precário e acentuada violência urbana, especialmente relacionada ao tráfico de drogas, mas que também revela modos de vida interessantes pelo potencial de ressignificar espaços de vulnerabilidade socioeconômica. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo que se alinha à abordagem etnográfica. Foram utilizados como procedimentos metodológicos observações e diários de campo, entrevistas no bairro e grupos focais. Todos os participantes da pesquisa se autodeclararam brancos e pardos. Quanto à orientação sexual e identidade de gênero, a maioria se declarou Cis-heterossexual, uma pessoa como transexual e duas jovens se identificaram como bissexuais. Em relação à escolaridade, apresentavam, no máximo, o Ensino Médio e haviam estudado em escolas públicas. Identificou-se que esses jovens utilizam os espaços disponíveis no bairro como palcos para construir sua identidade, estabelecer relações sociais, explorar atividades culturais e buscar alternativas diante dos desafios socioeconômicos que enfrentam. Nota-se que os roteiros sociais são mais do que meros espaços físicos, mas sim contextos complexos onde os jovens constroem a sua identidade, negociam significados, afetos, exercem agência e buscam transformação social. Os roteiros de prevenção ao HIV/Aids estavam mais alinhados a modelos e performances morais e conservadoras do que a um repertório voltado para o exercício de uma sexualidade livre. Os cenários analisados

¹³ Doutora em Antropologia Social. Pós-doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: isahonorato@hotmail.com

¹⁴ Bolsista de Produtividade em Pesquisa da FAPEAM. Doutor em Saúde Coletiva. Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: almachado@uea.edu.br

¹⁵ Doutor em Saúde Coletiva. Universidade Federal do Amazonas. E-mail: breno@ufam.edu.br

contribuíram para a reflexão sobre o quanto as políticas públicas precisam avançar no campo dos Direitos Humanos, a fim de que, juntas, a partir de uma perspectiva multidimensional e articulada, possam garantir saneamento básico, educação, segurança pública e moradia às famílias. A partir daí, as estratégias de prevenção ao HIV/Aids podem incorporar direcionamentos com a comunidade, escola, familiares e profissionais de saúde, de modo a promover esforços e elaborar modelos de cuidado que possam interagir e garantir melhor acesso aos serviços, com mais liberdade, qualidade e integralidade na atenção aos jovens de camadas populares.

Palavras-chave: Juventude; HIV/Aids; Prevenção; Manaus.

*A pesquisa contou com apoio do CNPq, bolsa de Produtividade em Pesquisa da FAPEAM e bolsa de Pós-doutorado (PROPOSDOC/UEA).

(SOBRE) VIVÊNCIAS DE CORPOS SILENCIADOS NA ASSISTÊNCIA INTEGRAL (SAÚDE, CIDADANIA E JUSTIÇA SOCIAL) À POPULAÇÃO TRANS

Ruy Siqueira de Lima¹⁶

Miguel Rebelo dos Santos¹⁷

Gilmara Araújo Teles¹⁸

RESUMO

A suspensão de direitos básicos à população LGBTQIAPN+ e o preconceito são fatores preponderantes que fazem surgir a invisibilização e exclusão social desse público. O direito de existência legítima dos transexuais, dos transgêneros e, igualmente, dos homossexuais, são e necessitam ser reconhecidos como integrantes produtivos e fazem parte de uma sociedade que obrigatoriamente deve proporcionar garantias constitucionais a todos. A existência corporal é sempre um movimento de existência em direção ao outro e a si mesmo, em que a compreensão do corpo nesse contexto está diretamente relacionada com a vivência de mundo, como a pessoa sente, se percebe e percebe esse mundo por meio do próprio corpo. A respeito disso, contribuir para a diminuição da invisibilização e exclusão social da comunidade LGBTQIAPN+, em especial à população trans, por meio do acesso à Justiça, da ampliação dos conhecimentos acerca dos direitos dos cidadãos e da sensibilização da comunidade externa para as questões que envolvem Direito e Sexualidade são alguns dos objetivos gerais do presente trabalho. Os Procedimentos Metodológicos consistiram em visitas técnicas de observação (visitas exploratórias) à Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas (ASSOTRAM), a qual forneceu dados para esta pesquisa. Utilizou-se o método da Análise Temática (AT), que permitiu identificar os principais assuntos abordados nestas visitas, gerando assim uma temática principal. Trata-se de um método de análise qualitativa de dados para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos. Ademais com outras entidades como o Centro Universitário do Norte (Uninorte) e o Ambulatório de Diversidade Sexual e Gênero da Policlínica Codajás, Manaus – Amazonas, foi realizada uma ação conjunta e aberta ao público no formato de mesa-redonda, visando contemplar estes fatores e dados adquiridos pelas partes envolvidas. Ao adentrar ao campo de pesquisa e a partir dos discursos presentes nas falas do público-alvo, percebe-se o descaso e a indiferença para com as demandas desta população. Os dados mostram a necessidade de eliminar as mais variadas formas de opressão vivenciadas por este público, tais como baixa escolaridade, ausência de renda ou de emprego, e o não acesso a informações necessárias que possibilitem dar o primeiro passo para o reconhecimento de sua identidade. Observou-se que as políticas identitárias são necessárias, conseguir o corpo

¹⁶ Graduando em Psicologia. Uninorte. E-mail: ruylima@gmail.com

¹⁷ Graduando em Psicologia. Uninorte. E-mail: miguelrebelo.psi@gmail.com

¹⁸ Graduação em Serviço Social e Docente; Uninorte. E-mail: gilmara.araujo@uninorte.com.br

esperado tão simbólico na construção da identidade é uma aspiração existencial, mas a garantia de direitos fundamentais destes indivíduos é de extrema urgência. Portanto, instiga-se pensar em iniciativas que atendam aos pressupostos enviesados entre si desta população, em estratégias que possibilitem viabilizar os serviços básicos, garantindo assim a dignidade da pessoa humana. Por meio desta pesquisa, pôde-se mergulhar em vários mundos: o mundo das transgeneridades; o mundo do trabalho da atividade sexual; o mundo do sofrimento ético-político; o mundo de lutas para existir e ser. Acredita-se que, enquanto sociedade, o engajamento contra todas as formas de preconceito, injustiça, violência e exclusão necessita-se ser com elas e eles nessa luta. O silêncio não pode ser cúmplice de uma estrutura que oprime e mata.

Palavras-chave: Gênero; Transgeneridade; Transfobia; Corporeidade; Necro-transpolítica.

VIVÊNCIAS SUBJETIVAS DO TRABALHO DOMÉSTICO EXERCIDAS POR MULHERES AMAZÔNIDAS

Kássia Pereira Lopes¹⁹

Socorro de Fátima Moraes Nina²⁰

RESUMO

Neste trabalho serão abordados os primeiros resultados advindos da pesquisa de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPSI, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, tendo como objetivo central deste estudo a análise das relações subjetivas do trabalho doméstico em casa de família realizado por mulheres que saem do interior do estados da região norte do Brasil para morar e trabalhar na cidade de Manaus/AM. Compreendemos que o trabalho perante o âmbito social é um determinante de saúde, pois possibilita a pessoa ao acesso a bens e serviços disponíveis em nossa sociedade. No trabalho produtivo, é observada a transformação e a produção de bens, enquanto o trabalho improdutivo atribui-se à prestação de serviços. A divisão sexual do trabalho permite compreender a dinâmica de associação do trabalho para homens e mulheres na sociedade, sendo associado aos homens o trabalho produtivo e às mulheres o trabalho reprodutivo. Dentre as ocupações e trabalhos no Brasil, o trabalho doméstico em casa de família se enquadra entre as profissões mais antigas e importantes, se iniciado durante o período escravocrata por mulheres negras. Com a abolição da escravatura, esse tipo de trabalho tornou-se porta de entrada no mercado de trabalho para diversas mulheres, crianças e adolescentes, porquanto precisavam sustentar a si e as suas famílias, e essa realidade se estende até os dias atuais, inclusive no contexto amazônico. Este estudo é qualitativo, com aporte teórico da Psicodinâmica do Trabalho, os instrumentos a serem utilizados serão o questionário sociodemográfico e a entrevista semiestruturada, e análise de dados a partir da metodologia Análise de Núcleo de Sentido (ANS). Os resultados esperados são a compreensão sobre o trabalho doméstico no cenário amazônico, conhecer a trajetória de vida, forma de trabalho, vivências de prazer e sofrimento e verificar as estratégias defensivas e de enfrentamento desenvolvido por essas mulheres. Na aproximação inicial com o campo, é perceptível a dificuldade de encontrar mulheres que assumam essa posição de terem realizado o trabalho doméstico, visto que a fala de que elas ajudavam em casa é presente, de modo a se tornar uma dificuldade e resistência no acesso ao público alvo. O lugar público e privado distingue e restringe que espaço a mulher irá

¹⁹ Psicóloga e Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM. Membro do Laboratório de Psicologia, Trabalho e Saúde (LAPSIC/UFAM). E-mail: kassiapsy@gmail.com

²⁰ Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Professora Adjunta da Universidade do estado do Amazonas – UEA. Membro do grupo Psicodinâmica e Clínica do Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP); Membro do laboratório Yandê Kaá Pura (YKP/UFAM) e do grupo de pesquisa Pessoa, Sociedade e Ambiente na Amazônia; Pesquisadora do LAPSIC/UFAM; Vice coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Saúde e Ambiente - NISA/UEA. E-mail: snina@gmail.com

ocupar, recaindo sobre a mulher determinados trabalhos, principalmente no âmbito privado, pois, segundo essa lógica, a mulher possui além de funções reprodutivas, habilidades inatas relacionadas ao cuidado para com a família e o lar. Para mulheres, o mundo do trabalho é vivenciado por situações de desigualdade de gênero, exploração, controle, opressão e diferenças salariais, de modo a incluir questões étnico-raciais também. Observamos que o trabalho doméstico é invisibilizado e precarizado, mesmo com certos avanços nas conquistas de direitos dessa categoria de trabalhadores. A interseccionalidade do trabalho doméstico demonstra as desvantagens históricas e socioeconômicas desta categoria de trabalhadores. E ao pensarmos sobre o trabalho doméstico no ambiente privado, nos deparamos com a realidade que, em geral, não existe divisão de mulheres trabalhadoras e não trabalhadoras, pois quase todas exercem algum tipo de trabalho, seja no lar a partir do trabalho doméstico diário, em instituições públicas ou privadas, ou mesmo de forma autônoma.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico; Trabalho Feminino; Empregada Doméstica; Mulheres Amazônicas.

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE PROTOCOLO DE ACOLHIMENTO DE POPULAÇÃO TRANSGÊNERO, TRANSEXUAL E TRAVESTIS

Paulo Sergio Ferreira da Silva Filho²¹
David Marcio de Oliveira Barreto²²

RESUMO

Objetivo: Elaborar um protocolo de enfermagem com diretrizes para nortear a equipe de enfermagem na admissão de pacientes transgêneros, transexuais e travestis. Método: Estudo de abordagem qualitativa. O projeto seguirá as 4 etapas da PCA - 1) concepção: com a caracterização pelo processo de delimitação da questão norteadora e aprofundamento do conhecimento do tema da pesquisa; 2) instrumentalização: com a escolha do local de pesquisa, participantes e instrumentos de coleta de dados; 3) perscrutação: que é a fase de desenvolvimento do conhecimento teórico e técnico do tema a ser pesquisado; e 4) análise: que consiste na execução da análise dos resultados obtidos e na triangulação das técnicas de coleta. Resultados: Este produto técnico-tecnológico poderá subsidiar a prática profissional da equipe de enfermagem, auxiliando-os para a melhoria da qualidade da assistência de enfermagem e na tomada de decisões com vistas à humanização do atendimento.

Palavras-chave: Cuidado de Enfermagem; Minorias Sexuais e de Gênero; Transexualidade; Travestilidade.

Problematização da pesquisa

Como política do nosso país, desde 2003, os temas sobre direitos da população LGBT já vinham sendo tratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, só foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em 2009, onde compreende que “a discriminação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social de saúde, no processo de sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social reservado às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais” (Gutierrez; Lordello, 2020, p. 168 *apud* Ministério da Saúde, 2010). Objetivos: Descrever a elaboração de um protocolo de enfermagem com diretrizes para nortear a equipe de enfermagem na admissão de pacientes transgêneros, transexuais e travestis. Aporte

²¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem no contexto Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: paulosufam@gmail.com

²² Docente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem no contexto Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: david_barreto@ufam.edu.br

teórico: No Brasil, o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, confere o direito do uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero a pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (Brasil, 2016). Já no Amazonas, a Lei nº 4.946, de 4 de outubro de 2019, assegura a inclusão e o uso do nome social por pessoas travestis e transexuais nos órgãos e entidades da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional no Estado do Amazonas (Amazonas, 2019). Procedimentos metodológicos: Está sendo utilizada a Pesquisa Convergente Assistencial (PCA), proposta por Trentini, Paim e Silva (2014), por considerá-la adequada ao alcance dos objetivos propostos, visto que se trata de um método que proporciona a convergência entre a pesquisa e a assistência em saúde (Trentini; Paim; Silva, 2017). Para a correta realização da PCA, estão sendo seguidos as 4 fases, a seguir descritas, considerando a trajetória do pesquisador para a realização deste estudo, a saber: 1) concepção; 2) instrumentalização; 3) perscrutação; 4) análise. Resultados parciais: E como parte da primeira fase da pesquisa, a Fase de Concepção se faz pela pesquisa em banco de dados, com a intenção de montar uma revisão de literatura e demonstrar que nas bases de dados não se possui um produto tecnológico com essas delimitações e propriedades, que envolva a população de transgêneros, transexuais e travestis. Além disso, já é possível observar o interesse da unidade de saúde pela pesquisa, uma vez que, o que se deu como base para o interesse da pesquisa, foi o fato de, no sistema interno de prontuário eletrônico da unidade, não se ter uma questão para nome social, e que, após esses primeiros contatos, já se observou essa mudança. Conclusões: A temática LGBTQIA+ é um tema pouco explorado e essa população, marginalizada, e o que se espera com essa pesquisa é que essa população vulnerável possa ser atendida de forma humanizada, com equidade e com as suas problemáticas atendidas de forma integral.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. *Lei Nº 4.946 de 04 de outubro de 2019*. Dispõe sobre a inclusão e o uso do nome social por pessoas travestis e transexuais nos órgãos e entidades da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Estado do Amazonas.

BRASIL. *Decreto nº 8.727 de 28 de abril de 2016*. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

GUTIERRES, S. M.; LORDELLO, S. R. Promoção da saúde com transexuais e travestis: uma revisão sistemática de literatura. *Psicologia Política*, v. 20, n. 47, p. 165–177, 10 set. 2020.

TRENTINI, M.; PAIM, L.; SILVA, D. M. G. V. O método de pesquisa do cuidado convergente e sua aplicação na prática de enfermagem. *Texto e Contexto Enfermagem*, v. 26, n. 4, 2017.